CARLOS EDUARDO MAROJA JACCOUD

VIAJANTES NA AMÉRICA DOS FILIPES:

IMPRESSÕES E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL COLÔNIA (1580 – 1640)

Ano 2021

CARLOS EDUARDO MAROJA JACCOUD

VIAJANTES NA AMÉRICA DOS FILIPES:

IMPRESSÕES E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL COLÔNIA
(1580 – 1640)

Ano 2021

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes editoriais
Natalia Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista
Revisão
O autor

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Viajantes na América dos Filipes: impressões e interpretações do Brasil colônia (1580 – 1640)

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: O autor
Autor: Carlos Eduardo Maroja Jaccoud

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J12 Jaccoud, Carlos Eduardo Maroja
Viajantes na América dos Filipes: impressões e interpretações do Brasil colônia (1580 – 1640) / Carlos Eduardo Maroja Jaccoud. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-509-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.096211609

1. Viagens. 2. Capitania da Bahia de Todos os Santos. 3. União Ibérica. 4. Literatura de Viagem. 5. Cronistas. 6. Século XVII. I. Jaccoud, Carlos Eduardo Maroja. II. Título.
CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

Começo estes agradecimentos com meu pai, Carlos Felipe de Brito Jaccoud, que foi a base para meu crescimento acadêmico, pois sem seu apoio não teria sido capaz de chegar até aqui e sua valorização pelo conhecimento é um dos fundamentos para minha formação profissional.

Agradeço a Julia Arduini Rodrigues, cujo apoio e admiração alimentaram meu desejo de concluir esta importante etapa de minha vida acadêmica, sem sua presença constante, tenho certeza que não conseguiria estar realizando este importante passo em minha vida acadêmica.

Agradeço, da mesma forma, aos meus irmãos, Maria Renata e Carlos Felipe, que sempre estiveram ao meu lado e sorriram a cada conquista, por menor que fosse.

À minha mãe, Maria Martha Maroja Jaccoud, que sempre me proveu com amor incondicional e sempre acreditou no meu sucesso, mesmo quando eu duvidei.

Agradeço, em especial, à minha orientadora Maria Isabel de Siqueira, pois ela me iniciou na pesquisa acadêmica e me introduziu ao tema que hoje serve de tema para a elaboração desta dissertação. Sem ela, sei que seria muito difícil ter entrado em contato tão cedo com o mundo ibérico e o período filipino, momento da história que tem crescido em mim com o passar dos anos. Espero ainda poder contar com sua presença nos próximos passos de minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os professores da UNIRIO, pois me forneceram uma base extraordinária, tanto na graduação, quanto no mestrado.

Meu último agradecimento, e não menos importante, vai para Luiz Carlos Gomes, que foi meu professor durante o último ano do ensino médio. Este foi o homem que me inspirou a seguir carreira na área de história, ele foi o responsável, em grande parte, por eu ter chegado até aqui. Nunca poderei agradecer o suficiente, mas me conforta saber que caso eu atinja a grandiosidade, será por ter me apoiado em seus ombros.

RESUMO

O estudo e a análise da literatura de viagem produzida por viajantes que estiveram na capitania da Bahia de Todos os Santos, no Brasil, durante a União Ibérica é a proposta deste trabalho. O recorte temporal utilizado foi a primeira metade do século XVII, não descartando a possibilidade de que parte desse trabalho nos levasse para a últimas duas décadas do século XVI, tendo em vista o período de duração da União Ibérica que vai de 1580-1640. Foi neste contexto que a dinastia filipina passou a se interessar pelo reconhecimento e mapeamento do território colonial, tendo em vista sua posição estratégica na economia açucareira e na possibilidade de exploração de recursos naturais. A literatura de viagem possuiu importante papel neste processo, tendo em vista que partes destes escritos foram produzidos por agentes de interlocução na aproximação da metrópole espanhola com as suas colônias americanas, inclusive por intermédio da Coroa filipina, que desde o reinado de Felipe II passou a recompensar escritos que possuíssem informações valiosas para a administração ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Capitania da Bahia de Todos os Santos; União Ibérica; Literatura de Viagem; Cronistas; Século XVII.

ABSTRACT

The study and analysis of travel literature produced by travelers who were in the captaincy of Bahia de Todos os Santos in Brazil during the duration of the Iberian Union is the proposal of this work. The temporal cut used was mostly the first half of the seventeenth century, not ruling out the possibility that part of our work took us to the last two decades of the sixteenth century, given the duration of the Iberian Union from 1580 -1640. It was in this context that the Philippine dynasty became interested in the recognition and mapping of the Brazilian colonial territory, in view of its strategic position in the sugar economy and the possibility of exploitation of natural resources. The travel literature played an important role in this process, considering that part of these writings were the agents of interlocution in the approach of the Spanish metropolis of its American colonies, including through the Philippine crown, that from the rule of Felipe II happened to reward writings who had valuable information for the Iberian administration.

KEYWORDS: Captaincy of Bahia de Todos os Santos; Iberian Union; Travel Literature; Chroniclers; XVII century.

INTRODUÇÃO

Nesta introdução, iremos delinear os conceitos históricos acerca do nosso objeto de estudo, que são os relatos produzidos por viajantes europeus que vieram a Salvador e seu recôncavo durante o período da União Ibérica (1580-1640), descrevendo, a partir de suas percepções, as riquezas da terra e o comércio local.

Neste caso, ao analisarmos o contexto em que os cronistas se inseriram, se torna necessário estabelecer qual o tratamento de tempo que devemos dar para nossa organização temática. Geralmente, a abordagem temporal é organizada a partir de dois possíveis polos, que concebem o tempo de forma linear, ou recorrente e circular (KOSELLECK, 2014).

Em nosso estudo, nenhuma dessas premissas parece suficiente, nos fazendo recorrer ao que Koselleck afirma serem estratificações temporais, que contrasta a oposição entre a história linear e circular (KOSELLECK, 2014). Ao mesmo tempo em que buscamos a referência que esses estratos permitem entre si, não estamos limitados pela dependência complementar entre eles.

A fim de analisarmos, em um primeiro momento, a experiência literária dos cronistas modernos, fará uso da noção de “experiência ativa” (GRIMM, 1984) que é definida como uma abordagem que depende, principalmente, da apreensão e percepção do objeto analisado, dado que se respeitem limites interpretativos.

Ao analisaremos as obras dos viajantes, sempre almejando compreender suas percepções, iremos contrastá-las com o contexto histórico no qual os autores se inseriam, afim de conseguir separar na narrativa, dentro do possível, o fato da ficção. Essa diferença, para Koselleck (2014), depende do entendimento de que o homem moderno não possuía a mesma compreensão sobre a sua produção literária que partilhamos no contemporâneo. Essa afirmação, em nosso trabalho, nos permite diferenciar o fato narrado na literatura de viagem sem menosprezar a narrativa a partir da posição oferecida pelo presente, mas sim respeitando aquilo que, em muitos casos, foi alguma forma de diário pessoal ou coletânea de conhecimentos específicos angariados.

Outro importante conceito que utilizaremos a partir de Koselleck (2014) é que, a partir do momento em que existe uma distância mínima entre duas obras que correspondem a um mesmo período moderno, somos capazes de, em algum grau, comparar a circunstância em que essa literatura foi produzida, aquilo que a estimulou e os possíveis efeitos de sua divulgação. Faremos uso desta lógica para analisar como diferentes cronistas que viajaram em períodos relativamente próximos, narraram determinados elementos de maneira semelhante, possivelmente pelo fato de seu contexto afetar, como dito anteriormente, sua perspectiva enquanto produtores de literatura.

Conforme Meier (1975), os variados sentidos de elementos literários tais como crônicas são capazes de situar ou pontuar, casos singulares em contextos mais amplos.

Dentro dessa perspectiva, cada um dos nossos relatos de viagem é capaz de ser interpretado a partir de vários significados, mas ao selecionarmos os elementos principais, tais como as descrições das riquezas naturais, conseguimos estabelecer um padrão temático que nos permite, de acordo com Méier (1975) compreendermos mais detalhadamente a circunstância contextual histórica.

Nesse sentido, nos sustentamos novamente em Koselleck (2014), que previne contra a redução da escrita da história como um somatório de fatos, ou uma narrativa linear daquilo-que-já-houve. Devemos, portanto, tematizar as diversas condições históricas intrínsecas a obra literária, objeto de análise da história, pois é partir da análise de pares consoantes como a nossa especialidade que somos capazes de analisar não apenas o registro do evento, mas sua motivação e formulação escrita.

Um importante conceito que nos fundamentaremos ao longo deste trabalho será o de que o texto histórico não necessita ser compreendido exclusivamente dentro de uma metodologia histórica, ou como gênero literário: ele pode ser analisado a partir de sua natureza textual sem a necessidade da exposição do mérito acadêmico ou literário (WHITE, 1995).

Faremos uso do conceito formalista “meta-histórico” dos tropos de Hayden White, que funcionam como uma estrutura capaz de relacionar dados do passado e conceitos teóricos a fim de possibilitar uma leitura coerente. Em diálogo com aquilo proposto anteriormente por Meier, de que podemos analisar um contexto maior singular a partir de seleções temáticas dentro de obras literárias, o uso dos tropos nos permitirá classificar os distintos discursos históricos a partir de suas correlações, não mais arraigados aos seus conteúdos apenas.

É a partir dessa estrutura conceitual que seremos capazes de abordagem a construção da literatura de viagem selecionando um objeto histórico particular e, simultaneamente, a constituição do discurso ao seu respeito sem necessariamente dependermos da exposição exclusiva de fatos relativos a estes conteúdos temáticos.

Em nosso trabalho essa questão se traduz com enorme importância, tendo em vista que o contexto de produção literário, baseado em narrativas e descrições pessoalizadas e as tendências econômicas relativas a idade moderna tiveram enorme influência nesta literatura, e uma análise que se baseasse estritamente nas informações relatadas por estes cronistas seria, em via de regra, tendenciosa e recairia como uma abordagem linear e incapaz de dialogar com os demais objetos históricos.

Para além da abordagem conceitual utilizada para analisar a literatura de viagem moderna, relativo ao período da União Ibérica, necessitamos conduzi-lo a partir de algum elemento chave, capaz de conectar as distintas análises de nossos objetos históricos. De acordo com Rinaldi (2007), cada viajante é responsável por uma narrativa singular e que

as narrativas construídas dependem em larga escala da perspectiva do autor sobre os fatos narrados (KOSELLECK, 2014). Acreditamos que esse elemento chave deve ser algo que não apenas nos permita dialogar com diferentes crônicas, mas também tenha direta relação com o contexto histórico.

Optamos pela perspectiva dos cronistas acerca das riquezas naturais encontradas, principalmente, durante sua estadia na Bahia de Todos os Santos e no recôncavo baiano. Os principais cronistas que utilizaremos para isso são Gabriel Soares de Sousa (1569-1584), François Pyrard de Laval (1601-1611) e Johannes Aldenburgk (1623-1625). O primeiro português foi senhor de engenho e político local na capitania da Bahia de Todos os Santos, tendo passado o maior período de tempo na colônia dentro de todos os cronistas trabalhados.

O segundo, francês, natural de Nantes, era comerciante e, de acordo com seus relatos, buscava estabelecer uma rota marítima com as Índias, mas por desventuras ocorridas em sua viagem, acabou chegando em Salvador, por onde ficou por alguns meses, relatando sua viagem desde sua saída de S. Maló dez anos antes.

O último cronista é batavo, um estudioso das leis que abandonou sua vida em Coburgo e se alistou na Companhia das Índias Ocidentais por estar buscando, de acordo com seus próprios relatos, um propositivo divino. Foi responsável por narrar a estadia neerlandesa na invasão ocorrida em Salvador em 1624, produzindo uma obra que detalhou não apenas riquezas e comércio, mas também o conflito intermitente.

Dado uma breve descrição destes cronistas, acreditamos a visível diferença entre suas realidades particulares, mas todos, de alguma forma, se relacionam com o fio condutor selecionado por nós: produziram relatos sobre as distintas riquezas encontradas em suas viagens, a partir de suas singulares perspectivas. Nosso interesse não está apenas nas diferenças entre a percepção daquilo que era, ou não, uma riqueza natural no período filipino, mas também em como essas noções dialogam com o contexto econômico e político da União Ibérica e sua respectiva realidade colonial.

Sobre a região colonial por onde todos estes cronistas passaram, as cercanias de Salvador e o recôncavo baiano, nos fundamentamos no conceito de que esta área não pode ser limitada a uma relação de produção direta com a metrópole portuguesa. Visando embasar isso, ressaltamos a importância de compreender não apenas a estrutura produtiva, mas também a lógica das relações sociais internas, inerente as sociedades coloniais (CARDOSO, 1988).

Dado que trabalhamos com cronistas que narraram o funcionamento da sociedade colonial em diferentes regiões da capitania da Bahia de Todos os Santos, compreender os mecanismos produtivos internos e sua relação com o mercado internacional são importantes não apenas pelo aprofundamento da nossa análise, mas pelo próprio diálogo

entre as percepções dos cronistas modernos.

Em relação a influência ibérica, da dinastia filipina, na realidade colonial, temos que essa entidade monárquica pode ser compreendida a partir de diversos poderes em disputa (HESPANHA, 1989). Nessa lógica, o poder colonial não era passivo diante do aparelho administrativo, apresentando uma interessante perspectiva do complexo funcionamento do império ultramarino espanhol.

Para Elliot (2006), o conceito de "monarquia compósita" dialoga diretamente com a pluralidade de poderes disputando espaço no cenário político e econômico da União Ibérica. Compreender o funcionamento deste sistema onde diversos poderes coexistem nos leva a considerar a autoridade negociada, sendo este o eixo nas relações entre as metrópoles e suas colônias (GREENE, 1994). É neste sentido que podemos pensar no rompimento com a tradição de subordinação política das colônias americanas e de suas elites diante de autoridades metropolitanas (GREENE, 1994).

Ainda sobre a relação entre colônia e metrópole, temos um outro conceito, o de monarquia polissinodal, que consiste em compreendermos que o interesse metropolitano ibérico, mesmo antes da união entre Portugal e Espanha, residia em difundir aquilo que era entendido como civilização cristã no Novo Mundo (FRAGOSO, 2012). Esta relação, que diz respeito ao contato entre o poder metropolitano e o poder religioso, caminhava lado a lado não apenas na capital da colônia, mas em todas as suas imediações (SCHWARTZ, 1988).

O mundo colonial, neste sentido, não se resumia no usufruto da metrópole, mas em uma complexa rede de poderes e, em algum grau, em intenções especificas por parte da administração metropolitana. O dever das metrópoles ibéricas era, portanto, não apenas difundir os ideais cristãos, mas ocupar, povoar e defender as terras americanas (CASILILLA, 2010). Os engenhos de açúcar, dentro desta lógica, serviam a um propósito maior do que simplesmente alimentar uma balança comercial favorável da metrópole, eles eram os mecanismos que tornavam todo esse sistema possível.

No que diz respeito aos nossos cronistas e as relações que estes personagens tinham com a monarquia ibérica e outras instituições de porte e objetivo similar, nos apoiaremos em Raminelli, que afirma sobre a importância do mecanismo de mercê, ou, no caso neerlandês, de recompensa e promoção, para a consolidação da expansão ultramarina europeia (RAMINELLI, 2008). Nesse sentido, o autor defende que a concessão de "premiações" por obras que detalhassem os aspectos físicos, estratégicos e econômicos no Novo Mundo foi uma prática relativamente comum, empregada por portugueses e espanhóis antes mesmo da União Ibérica ser firmada em 1580 (FRANÇA, 2009).

Nos sustentamos na afirmação de que todos os impérios ultramarinos da modernidade, em maior ou menor grau, dependeram desse mecanismo para obter informações, mapear o território e até mesmo planejar sua expansão em regiões até então

inexploradas. Ao mesmo tempo em que beneficiava a Coroa, esse sistema de recompensa foi fundamental para proporcionar uma forma de ascensão social dentro da sociedade colonial ibérica e da sociedade neerlandesa, integrando a metrópole e a colônia em uma rede de caráter econômica e social (RAMINELLI, 2008).

Dado nosso objetivo de compreender as distintas percepções dos cronistas sobre as riquezas coloniais brasileiras, entendemos a importância de analisar os interesses destes personagens, que *"serviam mais a causa daqueles que custeavam a empreitada do que, necessariamente, uma determinada nação ou bandeira*" (FRANÇA, 2009, p. 32). No caso de Gabriel Soares de Sousa, que será um dos tópicos abordados no capítulo II, analisaremos suas obras a partir da extensão de seus relatos, dado que foi a mais detalhada narrativa sobre as riquezas, defesas e potenciais econômicos e estratégicos do recôncavo baiano.

Ao mesmo tempo em que se interessava em garantir a efetiva ocupação do território colonial brasileiro, visto que o próprio cronista tinha posses nas cercanias de Salvador e no recôncavo, Gabriel Soares também pleiteava a possibilidade de uma mercê, tendo em vista a oferta de seus relatos ao rei Felipe II. Essa circunstância se faz possível pois "*nos reinos de Portugal e Castela havia escassas notícias do Estado do Brasil, o que agravava o abandono e a debilidade das fortificações"* (AZEVEDO, 2007, p. 47). O interesse do monarca espanhol nas colônias portuguesas também se sustentava na necessidade de reconhecer as possibilidades dessas terras, além da sua importância estratégia para o império português (RAMINELLI, 2009).

O caso de François Pyrard de Laval destoa do de Gabriel Soares pelo fato de que o primeiro, francês, tinha interesses mercantis que, até meados de sua viagem, estavam direcionadas as Índias Orientais (PARKER, 2010).

Laval partiu de S. Maló visando estabelecer uma rota comercial com o Oriente, mas dado as circunstâncias de sua viagem (que trabalharemos no capítulo II), este cronista acabou passando algum tempo (cerca de 8 meses) em Salvador e suas redondezas, narrando sua perspectiva acerca da economia, política e sociedade colonial portuguesa. A partir de um contexto mercantilista, Laval narrou não apenas as distintas riquezas locais, como pau brasil, óleo de baleia e cana de açúcar, mas também escravos, especiarias e como esses produtos eram comercializados entre as colônias e sua metrópole (RICHARDS, 1995).

Outra característica que particulariza Laval dos demais cronistas é o fato de que este personagem não tinha o interesse de ofertar seus relatos, nem vivia em uma monarquia onde essa prática era tão comum quanto nos Países Baixos ou na Península Ibérica (SUBRHAMANYAM, 1997). Nesse sentido, a elaboração de sua narrativa tinha um caráter ainda mais pessoalizado, seus relatos serviriam não para auxiliar o expansionismo dos impérios ultramarinos, mas para sustentar seus próprios interesses mercantis no Novo

Mundo e no Oriente.

Nosso último cronista, Johannes Aldenburgk, que será abordado no capítulo III, foi um viajante batavo, com passado na Universidade de Iena, que por “motivos íntimos” decidiu rumar para os Países Baixos e se voluntariar na armada do almirante neerlandês Jacob Willekens[1], responsável pela invasão de Salvador em 1624.

Partindo de um estímulo diferente dos demais cronistas, Aldenburgk, tinha uma inclinação a conhecer o Novo Mundo: “*não obstante esta e outras dissuasões semelhantes, senti-me, desde a mocidade, inclinado a percorrer e a visitar terras estranhas, a fim de nelas procurar algo de bom* (...)” (ALDENBURGK, 1624, p. 122). Sua participação na invasão neerlandesa a Salvador coloca este cronista sobre a distinta perspectiva de invasor, que por si só dá um caráter singular a forma como foi narrado seu contato com a realidade colonial portuguesa nas Américas.

Além disso, a iniciativa das companhias de navegação, que tinham caráter privado e almejavam se expandir no Pacífico e posteriormente no Atlântico, também podem ter influenciado diretamente não apenas os fatos narrados, mas a seleção feita por Aldenburgk sobre aquilo que deveria constar em seus relatos (VRIES, 2009). Isto ocorreu pelo fato de que estas companhias neerlandesas, assim como a Coroa ibérica, tinham interesse nos relatos de viagem e no seu potencial em auxiliar o mapeamento, as estratégias militares e comerciais da metrópole (BOXER, 1990).

Nesse sentido, não era incomum que as companhias estimulassem os seus funcionários a relatar as riquezas das terras visitadas, além de suas características singulares que pudessem ser de interesse dos acionistas neerlandeses em Amsterdã (VAN VEEN, 2003). Para Aldenburgk, seus relatos não eram apenas uma forma de descrever o novo mundo que visitava, mas também de almejar uma promoção dentro da companhia das índias ocidentais, dado que este tipo de concessão não era incomum (GROESEN, 2011). Temos até aqui uma introdução sobre as circunstâncias e as motivações de nossos cronistas, que a partir de agora serão desenvolvidas nos capítulos seguintes.

1Jacob Willekens, (Breda, 1571– Ternate, 1633) foi um almirante holandês, que comandou uma armada da Companhia das Índias Ocidentais, composta por 26 navios, com 1600 marinheiros e 1700 soldados. WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. (Original de 1938). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 76.

CAPÍTULO 1

ENTRE CRONISTAS E VIAJANTES

1 | DEBATE E DEFINIÇÕES

Neste capítulo discutiremos as possíveis interpretações sobre os relatos e documentos produzidos por viajantes que vieram ao Brasil, no período da União Ibérica. Para isso, buscaremos compreender não apenas no que consistiam os relatos de viagem, mas seu efeito na sociedade europeia moderna a partir do final do século XVI, até as primeiras décadas do século XVII.

Posteriormente, ainda neste capítulo, nos aprofundaremos no contexto econômico e estratégico da capitania da Bahia de Todos os Santos, região colonial para onde os cronistas analisados neste trabalham viajaram em suas distintas jornadas. Neste segmento, almejamos apresentar a importância comercial da região de Salvador e do recôncavo baiano a partir da metade do século XVI até a segunda década do século XVII, com a invasão dos holandeses na capital da colônia em 1624.

Para dar início a nossa discussão, devemos primeiramente estabelecer sob qual perspectiva histórica temporal analisaremos os eventos narrados a partir dos relatos de viagem dos europeus que vieram para o Novo Mundo.

> Normalmente os historiadores organizam o tratamento do tempo em torno de dois polos: o primeiro concebe o tempo de forma linear, (...), quer teleologicamente, quer com um futuro indefinido (...). O outro imagina o tempo como algo recorrente e circular. (KOSELLECK, 2014, p. 19)

Dentro desta viagem historiográfica exposta por Koselleck (2014) e simultaneamente criticada pelo mesmo, nos basearemos na prerrogativa de que ambos os modelos são insuficientes, pois toda sequência histórica contém elementos lineares e elementos recorrentes. Utilizaremos, assim como propõe o autor, compreender os resultados históricos por meio de uma estratificação temporal, que pretende "*solapar a oposição entre o linear e o circular*" (KOSELLECK, 2014, p. 20).

Os tempos históricos consistiriam, nesse caso, em vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros. Nesse caso, a história poderia ser diretamente compreendida como "ter uma determinada experiência" que, para Koselleck, "*significa ir daqui para lá a fim de experimentar e conhecer algo: trata-se, de certo modo, de uma viagem de descoberta".* A narrativa histórica, nesse caso,

só "*surge como ciência a partir do relato dessa viagem e da reflexão sobre esse relato*" (KOSELLECK, 2014, p. 20).

A fim de aproximarmos essa noção de "experiência" do objetivo do nosso trabalho, devemos ponderar sobre como esse conceito funcionou a partir do final do século XVI e da perspectiva de literatura desenvolvida. "*Desviando-se do significado original do experimentar, o entendimento hoje mais comum é o da mera percepção e apreensão das coisas, sem que antes tenha havido um movimento e uma pesquisa*" (GRIMM, 1984, p. 789).

Para Jacob Grimm, um dos pontos fundamentais desta percepção reside na "experimentação ativa", ou seja, de desenvolver uma narrativa a partir de uma dimensão apartada da investigação e do "caminho metódico" da verificação. A linguagem desses escritos, nos quais podemos incluir os relatos de viagem escritos durante os sessenta anos de duração da União Ibérica, contaria com a restrição da experiência a partir da percepção sensorial e a vivência do autor.

O experimentado, nesse caso, se estabelece em antítese ao "meramente pensado". Contextualizando essa conceituação com as obras de viajantes e cronistas do final do século XVI percebemos um enquadramento direto, pois mesmo que consideremos o contexto de expansão territorial e o desejo de mapeamento do espaço colonial, as narrativas mais bem-conceituadas e difundidas contaram com relatos pautados quase que exclusivamente na experimentação ativa de seus autores.

A forma com que os relatos de viagem foram produzidos em meados do século XVII estão diretamente vinculados com o fato de que "*histórias surgirem primariamente das experiências das pessoas envolvidas e atingidas é condição de sua narratividade e, portanto, também condição da narratividade de experiências alheias*" (KOSELLECK, 2014, p. 33).

Seguindo essa lógica, toda história trata de experiência próprias ou alheias, o que nos permite supor que o modo de se contar uma história ou de elaborá-la com método possa ser relacionado ao modo como adquirimos, reunimos ou modificamos experiências. Nesse caso, *"cada aquisição ou modificação de experiência se desdobra no tempo, e assim surge uma história*" (KOSELLECK, 2014, p.34).

Mais uma vez, ao relacionarmos este conceito com nossa pesquisa, entendemos que a diferenciação das narrativas dos autores não apenas residia em seus contextos particulares distintos, mas em como suas experiências, e a forma como elas foram adquiridas em seus desdobramentos temporais, funcionaram de maneira a gerar narrativas históricas singulares, mesmo que esses autores tenham visitado uma mesma região em espaço de tempo próximos.

A prática de escrita realizada pelos cronistas pode ser compreendida a partir da

dualidade entre o procedimento primário, que é o ato do registro, com a narração ou da redação, onde se constituía uma história, que, de acordo com Koselleck, “(...) *está sempre sob influência das experiências imediatas dos historiadores*” (2014, p. 40).

Outro ponto sobre a prática de se escrever está em analisarmos o procedimento de geração de anais ou de crônicas, mesmo que para Grimm, “(...) *de ele sempre ter sido questionado com argumentos cada vez mais sistemáticos*. (GRIMM, 1984, p. 780). Para este autor, o saber experiencial não se modificou no fundamental, sendo vinculado à repetição de casos singulares. Nos baseando neste argumento, compreendemos porque Koselleck afirma que “*durante um milênio e meio fazia sentido tratar a narrativa histórica como matéria da retórica, conforme as regras habituais de uma representação e uma narração verossímil*” (KOSELLECK, 2014, p. 45).

A produção dos relatos de viagem e das crônicas de navegação representaram uma estrutura narrativa que visava, na grande maioria dos casos, relatar riquezas ou ressaltar atributos das terras visitadas, articulando as observações ao redor daquilo que pudesse se passar como novidade ou desconhecimento na Europa. Pensando estritamente no contexto de produção dessa literatura e de sua compreensão histórica, entendemos como ela pode ser resguardada como uma estrutura baseada não apenas na retórica, mas em sua capacidade de preservar sua singularidade, não estabelecendo necessariamente vínculo com as demais obras produzidas no mesmo período.

Nesse sentido, os cronistas modernos produziram uma literatura particular, demonstrativa de um período de entendimento literário especificamente vinculado ao início da idade moderna. Essa lógica pode ser melhor observada se pensarmos que “*no decurso diacrônico da história, as aquisições de experiência se acumulam em termos puramente quantitativos*” (KOSELLECK, 2014, p. 46). Para o autor, esse fato não representava necessariamente um acréscimo de experiência, pois as pessoas esquecem e tendem a aceitar apenas as próprias vivências como única fonte de experiência.

Ao pensarmos na literatura produzida no período filipino (1580-1640), notamos que ao mesmo tempo em que de fato estas crônicas representavam um acúmulo quantitativo de experiências e conhecimentos sobre o Novo Mundo para o europeu, ela também representava uma das únicas formas de conexão entre a vida colonial e a sociedade metropolitana. Nesse caso, Raminelli afirma que as crônicas de navegação modernas serviam para “*estreitar os laços entre as colônias americanas e o poder administrativo imperial que residia na Europa*” (RAMINELLI, 2008, p. 36).

Ao pensarmos nestas circunstâncias, nos vemos inclinados a tratar, mesmo que em termos gerais, os anuários ou crônicas modernas dentro de sua capacidade de registrar novidades e acrescentar às histórias do passado. A compreensão que talvez faltasse ao homem moderno durante a elaboração de suas narrativas é que sua narrativa está sendo produzida para o futuro, sendo essa uma característica da escrita contemporânea.

O cronista, quando escrevia a crônica ou o relato não fazia ideia de escrever para a posterioridade, mas para si ou para obter alguma forma de recompensa. Nesse caso, temos "*duas formas de historiografia que permanecem vinculadas ao mundo de experiência dos vivos*" (KOSELLECK, 2014, p. 268). A primeira delas diz respeito a composição artística de relatos verificados de testemunhas oculares e de 'ouvir dizer', e, a outra, sendo a simples documentação de tudo o que parecia ser importante para uma comunidade no decurso dos dias e dos anos. Ambas historiografias tratam igualmente do passado vivenciado pessoalmente, ou do qual obtivemos notícias por intermédio de testemunhas ainda vivas.

Podemos afirmar, que as crônicas de viagem podem ser encaradas dentro de ambos espectros historiográficos, possuindo elementos que condizem com as duas diretrizes. A particularidade que tentamos destacar em termos de abordagem metodológica no que diz respeito ao nosso objeto histórico é a forma como se deu o acréscimo de experiência, ou seja, na ordenação sistemática do decurso diacrônico.

A fim de trabalhar com crônicas ou anais, devemos, "*como precondição mínima*" estabelecer uma ampliação do tempo, que, em retrospectiva, "*se torna passível de apreensão e objeto de reflexão*" (KOSELLECK, 2014, p. 46). Nesse método, o caso mais simples que podemos ilustrar é o de transcrever e inventariar narrativas históricas precedentes, para então podermos acrescentar eventuais ocorrências das novas. *"A novidade surpreendente de todas as históricas concretas só pode ser transposta para o conhecimento se for referida a experiências de médio ou longo prazo – encontra sua aplicação na história universal até hoje*" (KOSELLECK, 2014, p. 46). Nesse caso devemos pensar que intervalos mínimos, que identificamos ao percorrer um período histórico, nos possibilita comparações que estariam indisponíveis de outra forma.

Nesse sentido, uma vez adquiridos, os resultados seriam transferíveis, pois realmente se trata de um acréscimo de conhecimento. Podemos, a fim de exemplificar, pensar em duas famosas obras produzidas nos primeiros anos da União Ibérica: "*Soares de Sousa e Diogo do Couto verteram muita tinta para denunciar os descaminhos dos governos e esperavam a reação da monarquia para coibir os abusos*" (RAMINELLI, 2008, p. 41).Ambos autores tiveram grande preocupação não apenas em narrar circunstâncias específicas, mas que realizaram seus escritos dentro de um mesmo contexto relativo a expansão ibérica no Atlântico, tendo suas obras alcançando as mãos de Felipe II.

Devido ao interesse de estreitar as relações entre as colônias americanas e a metrópole, essas obras eram de grande interesse para o monarca espanhol, especialmente se considerarmos que "*o fortalecimento da comunicação entre mundos apartados tornou-se uma importante característica do governo filipino*" (RAMINELLI, 2008, p. 41). Essas crônicas, então, poderiam ser reduzidas à uma mesma figura fundamental, pois ao aplicarmos a metodologia de análise temporal proposta por Koselleck, compreendemos que a continuação da história não liberou apenas a comparabilidade, mas também a

repetibilidade estrutural de histórias semelhantes ou análogas.

A máxima aristotélica, para o autor, volta a ser introduzida no contexto narrativo: pequenas causas podem ter grandes efeitos. Em nossa perspectiva, poderíamos entender que as 'pequenas causas' aristotélicas dizem respeito a produção de relatos durante a União Ibérica, enquanto seus 'grandes efeitos' podem ser compreendidos através da importância dessa literatura para a aproximação da administração espanhola das colônias americanas.

Em todo o caso, nos baseamos também no procedimento interpretativo proposto por Meier (1975, p. 605), que analisa os sentidos múltiplos de uma fonte escrita para situar os casos singulares em contextos maiores. Nessa consideração, devemos tratar com o devido cuidado nossa abordagem em relação as crônicas de viagem, pois dado o contexto em que foram escritas e o fato de que carregam na maioria dos casos interesses pessoais de seus autores, é necessário selecionar o sentido que será utilizado nessa fonte em nosso trabalho. Não almejamos realizar um crivo profundo daquilo que deve, ou não, ser considerado como relato de viagem. Ao mesmo tempo, não objetivamos contestar os valores reproduzidos e narrados nos documentos analisados.

Nosso interesse é pensar as riquezas e percepções descritas dentro do contexto histórico da União Ibérica, ressaltando obras que falaram especificamente do recôncavo baiano no período entre 1580 e 1640. É nesse sentido de opção interpretativa que seguiremos, tencionando as fontes entre si, visando a maior compreensão não apenas sobre o período, mas também sobre os elementos sociais e econômicas que compuseram a realidade de nossos objetos históricos.

Nesse contexto, Koselleck afirma que "*tanto no caso do reconhecimento da providência divina como no da interpretação progressiva de conquistas singulares*", a experiência é processada por "*métodos analógicos que projetam o caso singular nos contextos de longo prazo, evitando, porém, que a singularidade desapareça"* (KOSELLECK, 2014, p. 49). Dentre os casos mencionados, temos o das crônicas modernas, que assim como os demais objetos literários, demonstram que, com o acúmulo empírico dos tempos, desenvolveram-se métodos para satisfazer as exigências do crescente entrelaçamento espacial e da sua concordância temporal.

Assim, tendo em vista possíveis repetibilidades, as comparações, analogias e paralelos se transformaram, quase sincronicamente, tanto em instrumentos de pesquisa como em tentativas de descobrir regularidades diacrônicas de certas sequências ou de todo o decurso da história. Como proposto por Koselleck (2014), não temos a intenção de reduzir a escrita da história a um somatório de fatos, ainda que o saibamos selecionados pelo ponto de vista que presidiu sua compreensão, a narrativa-do-que-houve já apanha a experiência no meio do caminho.

O hiato decisivo não se dá entre o evento e seu registro, mas entre o que motivou o evento e sua formulação verbal, "*tematizar as condições das histórias possíveis*" (KOSELLECK ,1987, p.98), tendo em conta, conjunturalmente, os pares formados por "poder morrer e poder matar", "amigo e inimigo", "dentro e fora", como formantes da espacialidade histórica, "conflito de gerações", "senhor e escravo". Essas condições pré-verbais, de acordo com o autor, impedem que a escrita da história seja entendida como um ramo da hermenêutica.

Mesmo estabelecendo esta base teórica sobre a abordagem que almejamos em nosso trabalho (em relação as crônicas de viagem), nos aprofundaremos ainda mais, visando compreender a estrutura de análise e abordagem histórica de maneira a poder compreender em maior detalhe a literatura moderna.

De acordo com o próprio Koselleck (2014), uma abordagem muito mais incisiva à análise historiográfica contemporânea sobre a forma de se conceber a literatura reside nas ideias de Hayden White (1995). O autor faz uma crítica muito mais incisiva quando coloca os textos históricos não através de uma "*metodologia da história, nem como gênero literário, mas sim em sua natureza como textos, sem levantar o mérito artístico ou acadêmico destas obras*" (KOSELLECK, 2002, p. 39). Para ele, entendemos que o status epistemológico das explicações históricas foi por muito tempo estudado sem que se atentasse para o fato da narrativa histórica ser, em essência, um artefato verbal. Esse, por sua vez, seria pretendente à um modelo de estruturas e processos que ocorreram muito tempo atrás e que são ficções verbais, cujos conteúdos são "*tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes na ciência"* (WHITE, 1995, p. 11).

O principal ponto da obra de White que pretendemos fazer uso em nosso trabalho é, a partir do quadro conceitual formalista estabelecido pelo autor, localizaremos em nossas análises históricas um elemento "meta-histórico" na literatura estudada: os tropos. Este elemento funciona como uma estrutura geralmente poética e que relaciona os dados do passado e conceitos teóricos a fim de formar uma história coerente.

Através dos tropos, se acredita poder classificar os discursos históricos em relação a eles e não mais devido aos seus conteúdos. Isto significaria, segundo o autor, que existiria uma estrutura pré-crítica que permite a caracterização do passado em diferentes tipos de discursos, figurando combinações entre seus diversos tipos de explicação e preparando o discurso do historiador para uma apreensão consciente do leitor.

Em outras palavras, os tropos funcionam "*como elementos na interpretação do passado pelo o historiador*" e, ao mesmo tempo, "*noções gerais das formas que as situações humanas significativas devem assumir, em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural particular"* (WHITE, 2001, p. 102).

Através do uso desse elemento, o tropo, temos interessantes abordagens sobre a construção da literatura de viagem, ou crônicas, onde seremos capazes de ao mesmo tempo em que selecionamos um objeto histórico particular, somos capazes de analisar a constituição dos seus discursos, sem nos forçarmos a encará-los apenas a partir dos seus conteúdos.

No caso das crônicas, e reforçando aquilo que já foi afirmado, essa aproximação metodológica é importantíssima, pois levando em consideração o contexto histórico e as tendências mercantis que levaram estes cronistas a relatar suas viagens, a concepção de uma análise puramente baseada nas informações relatadas geraria um estudo raso, sem que fossemos capazes de nos aproximarmos do objetivo de compreender suas percepções sobre os elementos narrados.

Continuando a constituição metodológica, temos que a narrativa histórica não é apenas "*uma reprodução dos acontecimentos nela relatados*", mas também "*um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária*" (WHITE, 2001, p. 105). O método de análise proposto perpassa o que White chama de "quádrupla concepção dos tropos", que é composto pela metáfora (onde os fenômenos são caracterizados através de suas semelhanças ou diferenças), a metonímia (um fenômeno é tomado como representativo pelo todo), a sinédoque (o fenômeno simboliza alguma qualidade inerente ao todo) e a ironia (que caracteriza os fenômenos através da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente o nível literal).

Nessa lógica, os escritos do passado, sejam filosofias da história ou a história propriamente dita, possuem um tropo que prefigura a maneira como o escritor irá relacionar sua elaboração de enredo, seu modo de argumentação e seu modo de implicação ideológica. É desta análise que White (1995) conclui não existir validade na diferenciação ontológica entre história e filosofia da história, pois possuem a mesma base de argumentação e explicação.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o autor nota a existência de uma filosofia da história implícita em toda história, sendo a diferença que a última explicita seus propósitos. Para White, é apenas após a "*organização do campo histórico*" *que se pode empregar "as maneiras de explicação que transformar a crônica em história*" (WHITE, 1995, p. 46). Uma importante conclusão que o autor chega é que a crônica, sem a organização prévia do campo analítico histórico seria simplesmente o registro de certos acontecimentos em ordem temporal, sem nenhum princípio de causa ou privilegiarão de um evento como principal.

Temos uma importante conceituação da crônica moderna e da importância da seleção de uma abordagem histórica capaz de não apenas extrair o seu conteúdo, mas também de assegurar a caracterização interpretativa que nos permita dialogar com essa narrativa e o devido contexto histórico. Quando estes acontecimentos são organizados em

motivos iniciais, de transição e conclusivos é que se constitui uma 'estória' que codifica estes eventos em uma série de motivos. É a partir disso que White afirma que "o historiador necessita explicar a conexão dos eventos que ele descreveu e estas explicações são geradas por táticas narrativas." (WHITE, 2001, p. 105). A fim de concluir essa lógica, White propõe três tipos de modos de explicação: por elaboração de enredo, explicação por argumentação e explicação por implicação ideológica. Nesse sentido, entendemos que quando o historiador sequência os eventos lhes imputando causa e efeito para constituir uma "explicação plausível", ele se utiliza de formas culturais de enredo, já conhecidas e no intuito de dar familiaridade dos eventos ao leitor. Estas formas culturais de enredo são, dentro dos respectivos arquétipos, "o romance, a tragédia, a comédia e a sátira" (WHITE, 1995, p. 26). O ponto central que temos é que, a fim de analisar efetivamente as crônicas dentro da metodologia proposta por White, uma seleção de abordagem se torna necessária.

De fato, concordamos com a máxima kantiana (1787, p.67) de que "*narrativas históricas sem análises são vazias, enquanto análises históricas sem narrativas são cegas*." Levando estas premissas em consideração, além de nossa intenção de notar as distintas perspectivas de riquezas contidas nas narrativas das crônicas modernas, acreditamos que não apenas a contextualização histórica, mas a própria análise se beneficiaria de nos pautarmos, principalmente, de uma abordagem argumentativa.

O argumento que melhor justifica essa escolha reside no fato de que a narrativa que buscamos construir em nosso trabalho perpassa a ideia de uma única, imutável concepção de riqueza através da perspectiva dos cronistas modernos. O que faremos neste trabalho necessita de um fio condutor, algo que consiga conectar as distintas análises de nossos objetos dentro de um mesmo contexto. "*Cada viajante, na qualidade de visitante, constrói sua narrativa a partir de uma experiência singular"* (RINALDI, 2007, p. 40). Essa afirmativa, concordando com a noção anterior de Koselleck (2014) de que a narrativa construída através de uma crônica depende fortemente da perspectiva do autor sobre os fatos descritos, nos confere ainda mais firme posição de que, a fim de trabalharmos distintas crônicas simultaneamente, necessitamos criar um argumento central a fim de sermos capazes de estabelecer um ponto em comum.

Nesse trabalho, esse argumento se estrutura a partir de como distintas noções e percepções acerca das riquezas naturais encontradas na Bahia de Todos os Santos, em especial o recôncavo baiano, estabelecem conexões entre si, mesmo partindo de autores com contextos completamente diferentes. Acreditamos que o argumento de estabelecer essas percepções como ponto central na construção da narrativa histórica nos possibilita, em algum grau, comparar os fatos narrados não apenas com o contexto relativo as obras, mas também, dado a limitação temporal e geográfica prevista, entre as crônicas. Nesse sentido, temos que esta abordagem metodológica nos permite também construir uma narrativa que nos permita interpretar e analisar as crônicas modernas, além de estabelecer

algum grau de pensarmos suas similaridades e diferenças.

Devemos nos precaver de que mesmo com uma aproximação definida e com objetivos norteados, a análise de crônicas necessita um enorme cuidado, pois da mesma forma que pensamos sua literatura enquanto fonte histórica, ela permeia a mesma estrutura da literatura de ficção.

Para Barthes (1967), a diferença entre uma e outra depende principalmente de um objetivismo na construção da narrativa, por parte do historiador. Nesse sentido, a análise feita de fontes medievais ou modernas, para o autor, se baseia na exposição ideológica objetivada, e é essa seleção de critérios que justifica a consideração de que uma crônica pode ser considerada uma obra histórica, passível de se tornar um objeto de análise, enquanto outra pertence ao universo da literatura ficcional. Não temos a intenção de fazer essa segmentação, em particular pelo fato de que, ao longo das leituras, percebemos que essa questão não era algo pensada pelos cronistas modernos.

Em suas obras, é visível a intenção de que os cronistas estavam produzindo literatura, e essa separação entre ficção e real não permeava seus escritos. Além desta questão, temos outro ponto fundamental sobre as crônicas modernas, que reside no fato de que em grande parte, aquilo que era narrado, em algum grau, já possuía uma ideia constituída prévia. Sobre o ato narrativo, temos que (...) *na condição de informante, mantém a interlocução com seu provável leitor"* que, por sua vez "*na condição de financiador da empreitada, já tem por si determinado o que espera ser encontrado* (RINALDI, 2007, p. 41).

A questão é que não podemos dissociar em nossas análises o fato de que muito daquilo abordado nas crônicas, assim como em qualquer descrição narrativa moderna, se baseava no interesse prévio do autor, que no nosso caso em particular poderia estar relacionado com uma miríade de razões particulares. Nesse sentido, temos

> (...) inúmeras evidências demonstram a determinação do centro sobre a produção escrita. Como prestavam serviços, os "escritores" deveriam produzi-los segundo os interesses do soberano, das companhias de comércio ou das ordens religiosas radicadas em Roma (RAMINELLI, 2011, p. 59).

Essa afirmação sustenta a ideia de que fornecer as notícias pertinentes era parte da negociação entre súditos e soberanos, entre missionários e suas ordens. Nesse sentido, a escrita tinha a pretensão de "*preservar e explorar as conquistas materiais e espirituais*" (RAMINELLI, 2011, p. 59), zelando pelo engrandecimento dos Estados e da Igreja. Para Raminelli, além de esclarecer as tramas do império, a escrita de vassalos ibéricos fornece elementos para refletir sobre a ascensão social na época moderna, pois ao escrever e lutar pelo soberano, eles prestavam vassalagem e reconheciam-no como o centro. É dessa forma que, em diálogo com a ideia de "government by paper" (ELLIOT, 1990, p. 70), temos a constituição de uma relação da literatura com uma estrutura administrativa inerente a União Ibérica, onde a mesma se reforça como uma forma de "*pleitear títulos, tenças e cargos,*

de maneira a sentirem-se parte da monarquia e vincularem-se à sociedade metropolitana" (RAMINELLI, 2011, p. 59).

O serviço realizado nas periferias possibilitava uma relação onde se podia contar com a "*equidade do monarca*", logo sendo capazes de se identificar com a metrópole e tornando as próprias periferias do império um "*campo de atuação*" (RAMINELLI, 2011, p. 60). Essa lógica nos permite analisar a ascensão social neste período através da concessão, ou da 'dádiva' de Sua Majestade, onde de fato não restariam muitas opções para que os súditos, além de obedecer e tentar reunir serviços e méritos.

Para Schaub (2001 p.45-48), um resultado importante dessas restritas possibilidades de ascensão social durante o processo de conquista ibérico foram o retardo ou, até mesmo, a inviabilização da construção de identidades coloniais contrárias às metropolitanas. Essa lógica, fundamental para nossa pesquisa também nos servirá de recurso ao analisarmos nosso objetivo histórico, tendo em vista de que questionar a forma como a crônica é escrita e qual a percepção apresentada pelo o autor como uma das formas de análise argumentativa nos permite interagir com as crônicas de maneiras a fazer elas dialogarem entre si, mas também serem tencionadas pela historiografia.

Afim de melhor expor a circunstância proposta por Raminelli (2011) e reforçada por Schaub (2001), temos no capítulo III um cronista batavo que, em razão de servir a Companhia das Índias Ocidentais, decidiu por conta própria narrar sua estadia em Salvador durante a invasão holandesa. Nesse exemplo, temos uma crônica que não apenas foca nos embates contra colonos e as lutas pela manutenção da terra, mas também na descrição de riquezas naturais, dos costumes locais e da relação com os indígenas. Assim como será evidenciado no respectivo capítulo, essa análise específica depende de compreendermos o contexto da invasão, das riquezas objetivadas na colônia e das intenções holandesas, a fim de analisarmos as escolhas feitas pelo cronista em sua narrativa, dentro do argumento de compreender sua percepção acerca das riquezas da terra que ele visitava.

O caso de Johannes se integra bem no conceito anterior, pois os interesses dos poderes modernos, fossem religiosos ou administrativos, se enquadram na dinâmica responsável pela proliferação de leais súditos, pelo emprego da escrita e da espada em nome da monarquia. (RAMINELLI, 2011, p.59).

Acreditamos que conseguimos nortear a abordagem que efetuaremos sobre as crônicas modernas, tendo dado preferência por uma determinada metodologia e pelo processo de construção de uma narrativa baseada em um argumento condutor. Discutimos a importância da compreensão dos elementos que, de alguma forma, direcionam a preferência narrativa do cronista, sendo em nosso caso as características literárias da modernidade a mais proeminente delas.

Da mesma forma, trabalhamos com a ideia de que existem influências externas

ao campo literário que, de acordo com Koselleck (2014), se traduzem na crônica literária por efeito da leitura histórica, fundamental na análise bibliográfica, como também por circunstâncias específicas ao contexto temporal, como foi o caso da realidade de mercês e recompensas no período da União Ibérica.

Para White, outro ponto fundamental que discutimos foi a existência de uma estrutura pré-crítica, capaz de caracterizar diferentes tipos de discurso e as várias combinações entre os seus diferentes tipos de explicações. Nesse sentido, o papel do historiador seria o de apreender a consciência do leitor. Para esse objetivo, temos o conceito dos “tropos” (WHITE, 2001, p. 102-103), que funcionam como elementos na interpretação do passado, assim como noções gerais das distintas formas assumidas pelas situações significativas humanas e de sua identificação com uma cultura particular.

Em nosso caso particular, entendemos que o conceito de tropos, quando usado para analisar as crônicas modernas, nos permite compreender, além do conteúdo registrado pelo autor, o contexto histórico e as tendências mercantis que levaram este personagem a relatar suas viagens. Através dessas escolhas metodológicas, existe grande importância na seleção de uma abordagem capaz de extrair o conteúdo narrado, mas também caracterizar a interpretação de maneira a criar diálogo entre esta literatura e o contexto histórico.

Encerrado este segmento, partimos para a segunda parte deste capítulo, onde vamos nos aprofundar na realidade desta ‘literatura de viagem’ na Europa a partir de meados do século XVI, assim como também temos a intenção de melhor discutir a região colonial para qual os nossos cronistas viajaram: a Bahia de Todos os Santos.

2 | A BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Nesse segmento, vamos primeiramente evidenciar a importância da literatura de viagem no final do século XVI, período marcado na história colonial pela união das coroas ibéricas. Não temos o interesse de discutir os mecanismos intrincados existentes na sociedade ibérica no que diz respeito a produção literária de crônicas e sua relação com a lógica da concessão de mercês. Essa temática será melhor abordada no próximo capítulo, onde não apenas discutiremos esses mecanismos, mas também sua relação direta com a obra de viajantes que vieram a Bahia de Todos os Santos, em especial ao recôncavo baiano, no período da União Ibérica. Em contrapartida, queremos pensar no escopo geral da importância desta literatura no contexto das expansões marítimas e da formação dos impérios ultramarinos. De fato, iniciaremos nossa discussão nos pautando no enorme valor das informações, do seu transporte e detalhamento.

A importância da literatura de viagem teve seu apogeu em meados do século XVI, quando esse gênero se tornou um dos pilares para que os Estados europeus mantivessem conhecimento sobre suas possessões ultramarinas. A consolidação da União Ibérica na

figura de Felipe II e dos Países Baixos em sua guerra de independência, ambas em meados de 1580, marcaram não apenas a política e a economia do período, mas também foram caracterizadas, desde o princípio, pelo uso contínuo de crônicas como forma de se informar de estreitar o contato com seus domínios fora do continente.

Ressaltando o quadro de expansão de impérios ultramarinos e de consolidação do domínio colonial europeu referente ao século XVI, devemos esclarecer que os relatos de viagem relatados através de crônicas possuíam uma enorme importância: "*notícias, uma comodidade luxuosa, era mais valiosa do que seu peso em ouro*" (BRAUDEL, 1980, p. 365).

Para Braudel (1980), a importância do estabelecimento de uma rede de informações foi fundamental para a consolidação dos impérios europeus, em especial aqueles que almejavam a expansão ultramarina, como foi o caso do espanhol, enquanto esteve sob o mando de Felipe II. "*Em primeiro lugar temos o enorme império espanhol, que dependeu do que, no período, foi uma combinação de transporte terrestre e marinho sem precedente*" (BRAUDEL, 1980, p. 371). Dentro desse contexto de expansão territorial, as políticas administrativas de Felipe II, necessitavam não apenas de movimento de tropas, mas de transporte de documentos e que explicam "em *grande parte as ações empreendidas pelo monarca*" (BRAUDEL, 1980, p. 371).

Compreender o papel de Felipe II no contexto de expansão da literatura de viagem requer pensar a realidade colonial do final do século XVI de maneira a dialogar com as pretensões políticas e administrativas da Coroa ibérica, quando Braudel afirma que se "*olhar pelo ombro de Felipe II enquanto ele lida com seus papéis significa estar constantemente ciente não apenas da dimensão da França, mas se familiarizar com o serviço de correios, suas rotas e atrasos. "* (BRAUDEL, 1980, p. 372).

Temos um Estado que constantemente trava uma batalha contra uma inimiga comum: a distância. É nesse sentido que o Império espanhol dedicou muito de sua energia, e em grande parte por influência de *el rey papeleiro,* para driblar os desafios impostos não apenas pelas distancias continentais, que não devem ser negligenciadas, mas, principalmente, para seus domínios nas Américas e nas Índias orientais. Essa máquina administrativa e burocrática espanhola, ainda que dependente de relatos e crônicas, foi "*muito criticada, mesmo que possa ser igualada ou até mesmo ser superior aos demais Estados em questão de transporte, transferências financeiras e comunicações*" (PHILIPPSON, 1962, p. 76).

Por um lado, temos um centro administrativo espanhol, presidido em Madri e organizado por Felipe II, daí devemos pensar que isso foi apenas um dos fatores que levaram a requisição crescente de crônicas de viagem na Europa. Sobre o Brasil neste período, Jean França afirma que "começou a ser construído nas narrativas de viagem a partir do ocaso do século XVI", reiterando ainda os relatos sobre os elementos religiosos onde "os *índices deste catolicismo absorvente e intenso, mas excessivamente descaracterizado,*

quase pagão, estavam um pouco por todos os lados" (FRANÇA, 2011, p. 56).

O autor usa o exemplo da crônica de viagem de Pyrard de Laval, "*um dos primeiros viajantes a oferecer aos europeus uma descrição detalhada de uma cidade portuguesa nos trópicos*" (FRANÇA, 2011, p. 56), que será abordando mais profundamente no capítulo II deste trabalho, mas que pode ter sua obra mencionada no sentido de ilustrar quais elementos se faziam presentes na narrativa de um estrangeiro, que esteve na Bahia de Todos os Santos durante a União Ibérica. "*A cidade é bem construída e circundada por muralhas*", afirma Laval sobre a arquitetura de defesa da capital da colônia. "*É sede de um bispado e conta com um colégio de jesuítas, um monastério de franciscanos, um de beneditinos e um dedicado à Nossa Senhora do Carmo, todos contando com igrejas bonitas e bem construídas*", não se limitando, o cronista faz questão de detalhar a organização religiosa local, especificando a coexistência de diferentes ordenações. "*Dia após dia, mais e mais pessoas são convertidas ao cristianismo por aqui, porém, quando batizados, são menos persistentes na fé do que os índios orientais, mantendo-se sempre inconstantes e selvagens*" (LAVAL, 1679, p. 194).

Nessa passagem, vemos a crítica de Laval a forma como o cristianismo se transcreve na realidade colonial, no início do século XVII. Temos, então, importantes pontuações que nos permitem compreender como a perspectiva de um viajante facilitaria a aproximação entre o europeu com a realidade colonial. Levando em consideração o contexto ibérico pontuado anteriormente, nos é possível afirmar sobre a importância destes relatos, fossem de súditos ou de estrangeiros, para a consolidação do sistema de informações objetivos pela coroa espanhola.

O outro ponto que consideramos importante para este capítulo é compreender o funcionamento econômico e administrativo colonial, com ênfase na Bahia de Todos os Santos. Como já dito anteriormente, foi nessa capitania que a maioria dos viajantes abordados em nosso trabalho narraram suas percepções sobre a terra e o povo que aqui encontraram.

Iniciamos esta discussão questionando a noção estabelecida por Caio Prado Jr e Celso Furtado, que de acordo com João Fragoso (2012, p. 107) "*a terra brasilis e outras paragens do Novo Mundo presenciaram a instalação de estruturas sociais e econômicas subordinadas aos interesses dos comerciantes de praças, como Antuérpia, do século XVI e depois, de Amsterdam e Londres.* "

Nesse sentido, temos a estrutura colonial destacada por Caio Prado Junior (1977), onde da mesma residia em produzir mercadorias a baixos custos, de modo a permitir na sua revenda lucros para o capital mercantil europeu, além de possuir um mercado capaz de adquirir manufaturados, de modo a fomentar a produção industrial europeia, se baseando, fundamentalmente, na mão de obra africana e por consequência na ampliação do comércio escravista atlântico, atividade controlado por negreiros europeus.

Temos então que "(...) *o tráfico internacional de escravos criou a produção baseada na escravidão africana na América"* (NOVAIS, 1983, p.117). Dentro dessa lógica proposta por Prado Junior (1977) e reforçada por Celso Furtado (1976) a economia colonial não seria possuidora de uma dinâmica própria, dependendo quase que exclusivamente das flutuações do mercado europeu. Ao mesmo tempo, temos que não existiria o desenvolvimento de um mercado interno ou de demais produções mercantis voltadas para o abastecimento das Américas, dado que sua existência representaria uma ameaça ao "*sentido da colonização*" (NOVAIS, 1983, p. 117).

Ao pensarmos o caso da região do recôncavo baiano no período final do século XVI, podemos afirmar que, de acordo com essa lógica, lavouras de abastecimento ou currais surgiam de acordo com os interesses de atividades exportadoras, da mesma forma que produções mercantis ligadas ao consumo interno estariam subordinadas as mesmas flutuações do sistema econômico maior, ou seja, metropolitano.

A noção de constituição colonial nos compele a pensar a existência possível de apenas dois grupos, divididos entre senhores e escravos africanos. Este contexto, por mais que seja importante a fim de propor uma primeira percepção da realidade colonial da região colonial, não é capaz de explicar toda a circunstância econômica e administrativa existente, em especial ao pensarmos na capitania responsável por um dos maiores volumes de riqueza do império português.

Ao criticarmos estas noções, nos apoiamos, primeiramente, nas críticas de Ciro Flamarion Cardoso (1988) e Jacob Gorender (1978) que, entre diversos apontamos, expõem o princípio teleológico contido na montagem da economia colonial referente aos séculos XVI e XVII. Usando o Brasil da década de 1940 como modelo, Caio Prado Junior (1977) seria responsável por pensar uma economia agroexportadora fundamentada nos interesses internos ou de pressões imperialistas.

Outra importante crítica e que possui relevância para nosso trabalho, tendo em vista que almejamos pensar as percepções sobre as riquezas naturais, se referia a ênfase dada à circulação das mercadorias na determinação das formas sociais de produção. Para reiterar esse ponto, temos que

> Ciro Cardoso e Jacob Gorender sublinhavam que o capital mercantil era incapaz de caracterizar ou gerar formas de produção, até porque comércio e comerciantes são categorias anteriores ao Dilúvio e à Arca de Noé, ou seja, existentes em diferentes sistemas econômicos. (FRAGOSO, 2012, p. 109)

Seguindo a lógica destes autores, que o procedimento correto seria dar a devida ênfase para a estrutura de produção e a importância de analisar a lógica das relações sociais vividas naquelas sociedades. Essa proposta nos permite pensar nas relações sociais observadas e narradas por nossos cronistas, como foi o caso de Laval, que expôs em detalhes a forma como comerciantes de óleo de baleia e de pau brasil negociavam nas

proximidades do recôncavo baiano.

Dessa forma, compreender a produção interna colonial se torna fundamental para desenvolver um diálogo argumentativo proposto no primeiro segmento deste capítulo. Em defesa da complexidade inerente a realidade colonial entre os séculos XVI e XVII, procuramos suporte na afirmação de Fragoso, que diz "(...) *em outras palavras, não somente existia vida inteligente na Europa do Renascimento, mas também na população residente na sociedade da América lusa de então e dos séculos seguintes*" (FRAGOSO, 2012, p. 109).

Ao pensarmos o funcionamento da monarquia ibérica na Europa e no ultramar nas imediações do início do século XVII necessitamos analisar essa instituição e sua relação com os demais corpos concorrentes, como a aristocracia e as comunas municipais. Esse fator é importante para compreendermos o papel da capitania da Bahia de Todos os Santos na lógica monárquica estabelecida por Felipe II a partir de 1580.

Sobre o funcionamento da monarquia, temos a necessidade de entendê-lo como a "*cabeça da república, porém sem se confundir com essa, já que nela existiam outros poderes em disputa* (HESPANHA, 1989, p. 36). " A monarquia seria capaz de articular as jurisdições das várias partes que compunham o conjunto do corpo social, em qualquer que fosse a parte do império analisada.

No caso específico de nosso trabalho, nos sustentamos a partir do conceito de "monarquia compósita" apresentada por J.H Elliot (2006), onde a mesma seria constituída por vários reinos, sendo que cada um deles preservava, em grande medida, as características de sua existência institucional prévia, estando no interior da monarquia.

Nesse sentido, temos que os vários reinos fossem preservados nos termos de suas formações originais, com seus corpos de leis, normas e direitos locais. "*Cada uma dessas unidades mantém sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo"* (ELLIOT, 2006, p. 242).

Dado que o próprio objeto de análise de Elliot foi a União Ibérica, não precisamos discutir a relação do reino português dentro dessa lógica institucional, mas podemos questionar a extensão desse sistema no tocante às colônias, e das consequências dessa união para as regiões de maior produção de recursos no Brasil, onde o recôncavo baiano se destaca a partir de meados do século XVI. Primeiramente enfatizamos a importância de entender essa região a partir de sua própria lógica comercial e das relações que os colonos estabeleceram com a terra e suas riquezas, sustentamos agora, também, a necessidade de entender seu papel na montagem dessa monarquia compósita que passou a se construir com a dinastia dos Felipes.

Ainda sobre este formato, o rei operava como a cabeça do corpo social, constituído pelos vários reinos que eram regidos por suas regras, coadunadas com as leis maiores

editadas pela Coroa, “*como era o caso do Vice-Reino de Portugal e a edição das Ordenações Filipinas em 1602*” (FRAGOSO, 2012, p.115).

Apesar da validade do questionamento de que a colônia não era uma figura passiva diante das circunstâncias transitáveis impostas pela união das coroas ibéricas, acreditamos que apenas o conceito de “composição” não é suficiente para abarcar a complexidade da relação da realidade colonial no sistema monárquico ibérico.

É nesse sentido que recorremos a uma outra noção, que Greene afirma:

> (...) autoridade negociada como eixo nas relações metrópoles e colônias, rompendo com isto a tradição da inexorável subordinação políticas das chamadas colônias e de suas elites locais frente *ás* autoridades metropolitanas europeias. (GREENE, 1994, p. 103)

O que Greene (1994) defende complementa a lógica de sistema compósito apresentada anteriormente, pois impõe uma realidade mais dinâmica nas relações entre os colonos e sua metrópole. O melhor exemplo para esse caso é o personagem Julião Miguel, narrado por Laval e que, de acordo com o autor foi um francês, que em razão de ter sido recompensado com uma mercê, passou a ter direito de explorar recursos que, de acordo com a legislação vigente em 1611, era restrita a portugueses e espanhóis. Caso como este não deveria ser tão incomum na União Ibérica, onde uma lógica interna, inerente as circunstâncias do recôncavo baiano e a da sociedade que lá se estabeleceu possibilitaram a ascensão de comerciantes como Julião, cujo situação será tratada no Capítulo II.

Pensamos ter corroborado com a noção de que é possível ter existido uma autoridade negociada na relação entre metrópole e colônia e que, por sua vez, gerou uma organização interna própria frente a configuração social e econômica do recôncavo baiano.

Outro ponto que apoia a teoria de que se formou um sistema independentemente desenvolvido na colônia durante a União Ibérica reside no fato de que a própria América espanhola não estava preparada para demandar produtos europeus no século XVI, como afirma Bartolomé Yun Casilla (2010). O autor afirma que, por volta de 1590, já no governo de Felipe II, as exportações espanholas para as Índias de Castela equivaliam ao comércio de Córdoba da época.

Em contrapartida, a própria Europa não se encontrava pronta para responder a uma possível demanda americana, no tocante a sua estrutura manufatureira e comercial, pois “(...) *a Espanha do Quinhentos tinha uma rede urbana e manufatureira compatível com a de outras sociedades europeias do Quinhentos e do início do Seiscentos*” (FRAGOSO, 2012, p.115).

É válido ressaltarmos, a fim de melhor embasar nossas afirmações, que a Europa nesse período ainda era fundamentalmente camponesa, onde “*cerca de 95% da população do continente vivia no campo e de suas atividades”*. Em 1600 estima-se que “*somente 11*

cidades europeias do continente possuíam mais de 100.000 habitantes, entre elas, Lisboa e Sevilha" (KAMEN, 1984, p. 34-35).

Ao entrarmos no mérito do comércio europeu no mesmo período, temos o declínio de vendas de manufaturados e o crescimento de produtos agrícolas. (KRIEDTE, 1985, p. 48). Entendemos, então, até o momento que desde meados do século XVI e até o século XVII, o império ultramarino não aparece como apêndice da economia nacional, como foi o caso do século XIX. "*Só no Oitocentos, as colônias surgiram como mercado dos produtos metropolitanos e fonte de matérias-primas para a metrópole*" (CASILILLA, 2010, p.222-223).

No período da União Ibérica, o império ultramarino e suas colônias estava ligado não a um Estado nacional, mas a uma monarquia compósita, que em consequência possuiu uma base corporativa e polissinodal. "*Os preceitos desse sistema monárquico residiam da escolástica, sendo mais um elemento responsável por várias consequências na dinâmica do império"* (FRAGOSO, 2012, p. 117). A lógica regente das colônias ibéricas, inclusive da região onde os cronistas estudados narraram suas jornadas, se pautou em uma colonização impelida por motivações morais-religiosas.

A preocupação monárquica se pautava em difundir aquilo entendido por civilização cristã no Novo Mundo, sendo esse um projeto anterior a União Ibérica, e que foi instituído por Portugal e Espanha desde o início de suas colonizações no final do século XV. É nesse sentido que temos um quadro onde "*se possa entender o porquê de a nobreza principal da terra da América lusa (...)"*, no Quinhentos e ainda no Setecentos, "(...) *compartilhar ideias como a obrigação de deixar parte de seu patrimônio para o sustento de capelas e irmandades*" (FRAGOSO, 2012, p.118).

A valorização dos ideais cristãos se fez visível não apenas no recôncavo, mas em Salvador, fosse pelo alto número de ordenações religiosas ou pelo esforço colonial na construção de paróquias e missas. Para Schwartz a relação de poder entre o poder metropolitano e religioso caminhavam lado a lado, não apenas em Salvador, mas em suas imediações *"a vida religiosa na cidade era enriquecida pela presença de ordens religiosas"* (SCHWARTZ, 1988, p. 80).

Outra consideração sobre a lógica de conquista existente no mundo colonial ibérico e que facilmente é observado nas regiões mencionadas é o conceito de que era um dever "*ocupar, povoar e defender as terras da América em nome de sua majestade", sendo isso feito por engenhos de açúcar, "pois eles garantiam a produção da riqueza necessária para aqueles fins*" (CASILILLA, 2010, p. 211).

De uma maneira geral, podemos afirmar que fosse na colônia ou em Portugal, os poderes concorrentes na monarquia polissinodal consistiam na administração da Coroa, no poder senhorial e no municipal. O contraponto que podemos colocar nesse sentido remete

as conquistas, onde o poder senhorial, na forma das donatarias, “*progressivamente foi eliminado pela sua incorporação ao patrimônio régio*” (FRAGOSO, 2012, p. 118).

Assim como na América, São Tomé e Príncipe e em Angola, aquilo que prevaleceu foi o poder local e a administração régia realizada por meio do Governo Geral e depois, do Vice-Reino. Devemos ponderar que esta conclusão implica com as ideias de Elliot expostas anteriormente, onde mais precisamente podemos citar a ideia de monarquia compósita para a “Europa dos Áustrias”, mas com ressalvas para as conquistas americanas (YUN CASILLA, 2009, 13-14; ELLIOT, 2006, 195-196).

Na perspectiva de Elliot e Casilla, temos que a América espanhola aparecia como conquista ou como um império colonial de uma monarquia compósita; assim, não há razão para sublinhar a existência de pactos e negociações entre as elites crioulas (elites hispano-americanas) e Madri. Tais circunstâncias podem ser exemplificadas na lógica de que a “*(...) existência destas negociações e ajustes pode ser ilustrada por alguns exemplos*” (FRAGOSO, 2012, p. 120), como os anteriormente referidos.

Em contrapartida, temos a ideia de monarquia pluricontinental onde existe uma tendência de sublinhar ou reconhecer tais acordos entre aqueles que ocupavam os cargos honrosos em nível municipal e na Coroa. De forma a embasarmos o nosso argumento de uma monarquia pluricontinental em nossa análise sobre a constituição da colônia brasileira durante a União Ibérica, temos o exemplo da Câmara de Olinda que, em 1621, tratava com a Coroa o sustento das fortalezas do Maranhão, que, de acordo com a legislação vigente no período, era de responsabilidade da fazenda real.

Podemos mencionar um caso similar, em período próximo, na Bahia, onde a Câmara de Salvador passou a sustentar a tropa regular responsável pela defesa do Estado. É importante ressaltar que ambas negociações ocorreram em período crítico para a monarquia lusitana e a manutenção do seu poder no Brasil, em especial nas regiões produtoras de açúcar. Após a ascensão da dinastia de Bragança em 1640, temos a monarquia lusitana procurando afirmação política e legitimidade social, tanto na Europa quanto no ultramar, em um contexto de guerra contra a Espanha e os invasores holandeses.

Tais pactos entre as elites locais das conquistas e a Coroa podem ser vistos como um dos da monarquia pluricontinental brigantina. Unido a este fato, temos “*as relações pessoais entre o rei e seus vassalos (entendidos como famílias)* ” (FRAGOSO, 2012, p. 120), ou seja, o sentimento de pertencimento dado pela economia do dominador, na feliz expressão de Ângela Xavier e António Manuel Hespanha (HESPANHA, XAVIER, 1993). Segundo essa moral, os serviços prestados ao rei eram devidamente remunerados e assumiam a forma de concessão de terras e até de ofícios régios.

É através destas relações que se colocou uma enorme máquina administrativa ultramarina em movimento e se criaram formas sociais de produção. Entendemos que

dentro da lógica da estrutura administrativa e como instrumento de gestão, as mercês dadas pelo rei permitiam o preenchimento de todos os postos da administração militar e civil da coroa.Em outras palavras*, "(...) o posto de Vice-Rei da Índia ou de Governador do Estado do Brasil, assim como o de provedor da fazenda real de Luanda, eram preenchidos mediante mercês concedidas por Sua Majestade*" (FRAGOSO, 2012, p. 122).

O funcionamento desta máquina administrativa, parte fundamental da monarquia pluricontinental, alicerçado na economia das mercês, tende a ser demonstrado, inclusive, através das narrativas de viagem feitas por cronistas modernos que visitaram importantes regiões coloniais, como o recôncavo baiano. Nesse sentido, temos o exemplo já mencionado por Laval, além de outros, que irão ser apresentados nos próximos capítulos deste trabalho. O objetivo foi compreender a lógica econômica e administrativa existente na Capitania da Bahia de Todos os Santos, com a devida ênfase ao recôncavo baiano e suas extensas plantações de cana-de-açúcar.

A existência de uma lógica mercantil interna na colônia, onde a produção de riquezas, como afirma Cardoso (1988), possuía fortes vínculos locais, e não se estruturava apenas como um elemento de suporte para a economia metropolitana. Simultaneamente, o autor entende que as sociedades coloniais americanas fazem parte de um "sistema mais vasto", pois surgem em função da economia europeia, apresentando uma relação de dependência para com suas respectivas metrópoles.

A colonização dos territórios descobertos, levou a organização de sociedades "*cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto de sua ligação com o mercado mundial em formação com as metrópoles europeias*" (CARDOSO, 1980, p.110).

Entendemos a complexidade da estrutura interna colonial e sua capacidade de ao mesmo tempo dialogar com o mercado mundial e sua metrópole, mas também de desenvolver uma lógica social e mercantil interna, que independe do direcionamento desejado pela coroa portuguesa e, no caso do contexto temporal de nosso trabalho, ibérica.

Utilizamos o conceito de monarquia compósita (ELLIOT, 2006) que afirma terem existido diversos poderes confluentes nos impérios ultramarinos ibéricos e que, no campo político e econômico disputavam espaço para seu crescimento. Nesse caso temos o poder representado pela produção de riquezas coloniais e de suas elites locais, em constante choque com o poder exercido pela administração metropolitana.

Neste cenário, não compreendemos um poder colonial passivo, mas em constante diálogo com o comércio internacional e capaz de se transformar de acordo com o contexto político ibérico, como foi o caso da instauração da União Ibérica em 1580. Outro importante conceito trabalhado aqui foi o de monarquia polissinodal (YUN CASILLA, 2010) que, no caso português e ibérico, se traduziu diferente das demais arquiteturas políticas europeias,

tendo em vista que as primeiras contavam com conquistas no além-mar e parte da sua organização era feita "*pela administração periférica da coroa, em especial, pelos municípios*" (FRAGOSO, 2012, p. 124).

No caso da União Ibérica, a particularidade da monarquia polissinodal diz respeito a uma administração colonial sustentada pela relação, através de pactos e acordos, entre a Coroa e a elite local situada nos municípios das conquistas. De acordo com Fragoso (2012, p.122-124) o Conselhos Ultramarino, de Guerra, da Fazenda e de Estado, Mesa da Consciência e Ordens e Desembargo do Paço eram dotados de auto regulação e frequentemente eram dissonantes, até porque "*o que designamos por Coroa não era algo unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses, que não funcionava como pólo homogêneo de intervenção sobre a sociedade*" (BICALHO, 2009).A consequência disso é que, na prática, "*o governo do Reino constituía-se de um emaranhado de Conselhos, Tribunais, Secretarias, Secretários e Juntas, numa verdadeira trama de urdidura política*" (BICALHO, 2009).

Dado que desenvolvemos a discussão sobre o funcionamento da colônia dentro da organização de sua relação interna e com sua metrópole ibérica, iremos aprofundar, discutindo o estudo discutindo as narrativas especificas dos viajantes que vieram a Bahia de Todos os Santos durante o período da União Ibérica e suas percepções sobre as riquezas da terra e sobre a realidade colonial observada.

CAPÍTULO 2

“O OLHAR DA TERRA, E DAQUELE QUE CHEGA”

Neste segundo capítulo buscaremos analisar as visões acerca das riquezas naturais existentes na capitania da Bahia de Todos os Santos por dois distintos cronistas: Gabriel Soares de Sousa e François Pyrard de Laval, ambos previamente mencionados nesse trabalho.

Primeiramente, é importante ressaltar que nos sustentamos no conceito de tropos e da capacidade metalinguística dos relatos de viagem, trabalhados no primeiro capítulo, a fim de estabelecer limites teóricos acerca das obras de cada autor, tendo em vista as grandes particularidades em suas produções literárias. A fim de desenvolver um capítulo coeso, iremos subdividir o texto em duas partes, onde aprofundaremos a análise sobre cada um destes personagens e seus relatos.

Apesar de Gabriel Soares e François de Pyrard terem produzido extensos relatos, devemos pontuar, desde o início, a maior diferente entre suas obras: enquanto o primeiro era português e viveu por grande período de tempo na região do recôncavo baiano, o segundo, francês, foi um comerciante que se lançou ao mar buscando ser pioneiro no estabelecimento de uma companhia comercial no Oriente. Essa distinção é fundamental ao pensarmos seus interesses particulares e como eles podem ter afetado, ou não, suas escritas sobre as riquezas relatadas na capitania da Bahia de Todos os Santos. É a partir desta primeira questão que discutiremos a diferente perspectiva daquele que tem o olhar da terra, e daquele que nela chega.

O Estado espanhol necessitava de informações sobre as fronteiras do seu império, que por sua vez eram produzidas por matemáticos e recorria também ao saber dos naturalistas para conhecer as plantas, animais e minerais, assim,

> (...) de forma esporádica, os súditos setecentistas ainda percorriam as terras, e produziam inventários da geografia e da natureza para informar ao rei. Essa prática tornou-se, aos poucos, superada devido à crescente especialização do conhecimento. (RAMINELLI, 2008, p. 61)

O viajante e cronista comum não estava capacitado a delimitar as conquistas, ativar a agricultura e o comércio. Entre os reinados de D. José e D. Maria, formou-se, na metrópole, uma burocracia treinada e, por vezes, egressa da Universidade de Coimbra, onde cursou leis, matemática e filosofia, temos que “*esses profissionais recebiam instruções pormenorizadas para viajar às possessões ultramarinas e recolher informações*

indispensáveis ao governo” (RAMINELLI, 2008, p. 61-62) Se, a partir do século XVIII os cronistas passaram a ser um instrumento formal do Estado português, sendo preparados na metrópole para mapear e relatar a realidade colonial brasileira, devemos reconhecer a importância desta prática no século XVII, quando Portugal, por um período de quase sessenta anos, esteve sob a égide da Coroa espanhola e do mando da dinastia filipina.

O início do processo de elaboração de relatos de viagem predita o século XVII, como dito anteriormente no Capítulo I, mas compreender como este se deu no contexto da União Ibérica é importante para analisarmos não só a visão das riquezas que estes cronistas possuíam, mas também a importância de seus relatos na lógica dos interesses estratégicos espanhóis no Novo Mundo.

Os primeiros escritos, ainda na transição entre o século XVI e XVII, narravam a surpreendente fertilidade do solo, indicavam a existência de minas, mapeavam os rios navegáveis, descreviam os habitantes, as plantas e os animais. Essas notícias eram *"formas de manter as redes em funcionamento, de incrementar os laços entre Lisboa ou Madri e a América. As viagens, enfim, promoviam estreitamento entre mundos apartados*" (RAMINELLI, 2008, p. 63).

A relação que Raminelli (2008) faz entre os relatos de viagem e a formação de redes de informação entre as colônias e suas metrópoles nos permite refletir sobre a aproximação que as coroas ibéricas tiveram em relação a sua necessidade de mapear e conhecer suas possessões ultramarinas.

O fato é que não houve um padrão único de aproximação entre a metrópole e os relatos produzidos no Novo Mundo. Por mais que "*tenha existido um contexto social ibérico que impulsionou os súditos a produzirem relatos de suas viagens às colônias, com o objetivo de conquistarem mercês frente a coroa*" (SCHAUB, 2001, p. 21), é importante reafirmarmos a circunstância de que cada um destes personagens, mesmo que em sua maioria almejassem alguma forma de recompensa, também tinham suas próprias agendas e interesses frente a monarquia.

Podemos pensar, então, em casos como o de Simão Estácio da Silveira (ALMEIDA, 1874), que objetivou estimular a vinda de colonos para São Luís através de descrições fantásticas de sua região, tendo escrito dois relatos sobre as riquezas e a extensão das capitanias do Norte, ou, como foi o caso de Gabriel Soares de Sousa (SOUSA, 1987, p. 40), com a intenção de provocar o interesse da coroa em investir e expandir seus domínios coloniais no recôncavo baiano, em grande parte almejando a proteção de suas próprias riquezas.

Sobre essa relação social, temos que "*os laços entre o monarca e os vassalos forjaram, aos poucos, o próprio Estado Moderno e também atuaram para integrar partes distantes de um vasto império.* " (RAMINELLI, 2008, p. 64-65) São essas distintas trajetórias

individuais que nos permitem vislumbrar a dinâmica entre serviços e recompensas no mundo ibérico. Se conseguimos compreender a circunstância social e política que levou Gabriel Soares a produzir relatos sobre a terra brasílica, tendo em vista ele mesmo ter sido um súdito da coroa portuguesa e, posteriormente, ibérica, não é tão simples pensarmos, em um primeiro momento, a mesma lógica de recompensa para Pyrard de Laval, sendo ele francês, natural de S. Maló.

Ao tentar compreender a imersão de Laval neste mesmo sistema de recompensa, vamos nos apoiar na obra de Edward Farley Oaten (1908), onde se afirma que

> (...) mesmo fora da estrutura cultural ibérica de se recompensar relatos de viagem e mapeamentos, outros Estados passaram a fazer o mesmo, em menor ou maior escala, visando o reconhecimento da costa do Brasil e das demais regiões das Américas. (OATEN, 1991, p. 118-119)

Para Oaten, Laval não foi apenas um comerciante que visava enriquecer através do estabelecimento de uma rota com o Oriente, mas uma das razões para o extenso relato produzido pelo o cronista teria sido com a intenção de, após a conclusão de sua viagem, fosse possível negociar seus escritos na França, ou até mesmo com a Companhia das Índias Orientais.

Oaten faz referência a viagem do holandês Lischoten, que nos finais do século XVI "*entregou um detalhado relato de sua experiência na costa brasileira a Companhia das Índias Ocidentais, antes inclusive de sua obra ser publicada e ter sido popularizada na Europa*" (OATEN, 1991, p. 120).

O caso de Laval consegue nos ser ainda mais interessante, tendo em vista que o autor, durante sua estadia na capitania da Bahia de Todos os Santos, menciona um outro francês chamado Julião Miguel, que se passava por espanhol a fim de conseguir benefícios na exploração dos recursos da terra.

> Achei também no Brazil um Francez, natural de Nantes, chamado Julião Miguel, mercador mui rico e experto. Estava associado ao um Portuguez que tinha, ou por compra, ou por mercê, obtido licenças de pescar baleias por sete anos nessa bahia, onde se faz a mais rica pesca de baleias que há no mundo, de cujo azeite se faz alli mui grande tráfico. Esse mercador francez se passava por Hespanhol, e por tal era havido, e era muito bem acceito ao Rei da Hespanha ao qual havia sido enviado como embaixador pelo fallecido Mounsier de Mercure no tempo da Liga (...) (LAVAL, 1679, p. 277)

Através da leitura dos relatos de Laval, podemos compreender que o autor não vê estranheza em um francês, dado o contexto apropriado, se passar por estrangeiro, desde que estivesse visando algum benefício ou recompensa por suas ações ou conquistas. Essa lógica, se pensarmos em conjunto com o contexto de expansão das redes de informação propostas por Raminelli (2008), nos permitem afirmar que não eram apenas os súditos ibéricos que recorriam aos seus escritos a fim de, ao mesmo tempo em que ajudam a

manutenção das posses monárquicas, também abriam espaços para possíveis mercês.

Nesse caso, o fato de Laval ter oferecido seus relatos a outros comerciantes e companhias de navegação quando retornou de sua viagem, corrobora com a questão: apesar de terem escrito por razões distintas, Soares de Souza e Pyrard de Laval estavam ambos inseridos em uma mesma rede de recompensas que se desenvolveu a partir do século XVI até o século XVII.

A fim de compreendermos melhor o funcionamento destes mecanismos de recompensa no século XVII, devemos levar em consideração que mesmo antes da formação da União Ibérica, já existiam sistemas similares tanto em Portugal quanto na Espanha, mas que possuíam estruturas particulares. O melhor exemplo deste fato pode ser observado através da obra produzida por Oviedo e Hernández (1981), súditos da coroa espanhola e responsáveis por extensas crônicas e inventários. "Nos embasamos, neste caso, na ideia de que "(...) *a dinâmica dos vínculos entre centro e periferia, neste caso, era invertida*" (RAMINELLI, 2008, p. 18), tendo em vista que não eram os vassalos da periferia que se dirigiam ao centro a fim de pleitear honras em trocas de conhecimento, mas ao contrário. Desde as primeiras décadas do século XVI "(...) *observamos o fato de que os monarcas espanhóis demonstraram interesse em conhecer e controlar as possessões americanas, preservar os laços e manter a centralidade de Madri no vasto império"* (SCHAUB, 2001, p. 22).

É neste sentido que dificilmente alguma obra do período final do século XVI se compara à amplitude das 'Relaciones Geográficas', questionário composto pelo cronista e cosmógrafo do rei, Juan Lópes de Velasco e que *"continha dados indispensáveis para viabilizar aprimorada cartografia do Novo Mundo"* (RAMINELLI, 2008, p.69). A obra em questão foi produzida a partir do interesse da monarquia em mapear e conhecer o território interno de suas colônias americanas.

O fato de 'Relaciones Geográficas', ainda em meados do século XVI, ter sido encomendada pela Coroa espanhola nos permite observar a particularidade de sua lógica de recompensa. O questionário em questão era composto por cinquenta capítulos, subdivididos em geografia física, toponímia, clima, recursos agrícolas e minerais, botânica, línguas, história política, população, doenças e comércio. "*De forma variada, podemos observar estes temas em quase todos inventários produzidos igualmente pelos súditos portugueses no mesmo período"* (HARRIS, 2003, p. 24). Esta seria, ao nosso ver, a tipologia de dados presentes nos papéis enviados ao centro administrativo, para informar as potencialidades do território a ser explorado. A fim de reforçar nossa afirmação, temos que "(...) *em princípio, toda Nova Espanha deveria empenhar-se para o sucesso do empreendimento, não eram apenas as autoridades locais"* (RAMINELLI, 2008, p. 25). O projeto, enfim,

> (...) possuía nítido caráter ideológico", não pretendia "compendiar apenas riquezas, mas traçar estratégias para atrelar as periferias ao centro", ou melhor, "tornar visíveis os indissociáveis vínculos de Castela com os domínios ultramarinos. (MUNDY,1996, p. 249)

A visibilidade promovida pela cosmografia e cartografia, ao nosso ver, efetivou a harmonia entre mundos apartados, pois formava corpo imperial, estruturado a partir da figura de el-rei. É neste contexto que podemos pensar quão importante característica foi o fortalecimento da comunicação entre colônia e metrópole no governo filipino, nos permitindo recorrer a denominação de "*governo através de papel"* (ELLIOT,1990 p. 70). Em contrapartida, devemos pensar a mesma lógica de recompensa no caso português, anterior mesmo a formação da União Ibérica:

> (...) os reis portugueses jamais projetaram uma intervenção dessa amplitude, nem mesmo financiaram equipes de artistas e cartógrafos para compor mapas do império, como os de Anton van den Wyngaerde e Pedro de Esquivel. (RAMINELLI, 2008, p.25)

No século XVI, os reis lusos também investiram na produção cartográfica que entraria em decadência no século seguinte, pois "(...) *incentivaram as crônicas, as histórias dos feitos portugueses nas quatro partes do mundo, enquanto a história natural era tema de pouca monta. Nem mesmo Garcia d'Orta recebera recursos do soberano para estudar as drogas da Índia*. " (RAMINELLI, 2008, p. 25).

Os conhecimentos reunidos eram resultados de empreitadas de colonos e administradores, em busca de privilégios, e não constituíam parte de um projeto de intervenção estatal. Depois da União Ibérica, os incentivos para conhecer o mundo colonial tornaram-se ainda menores. As notícias brasílicas se arrefeceram logo após o período holandês. Os vassalos não mais escreviam ao soberano para doar escritos, na esperança de privilégios.

> O tempo de incertezas – restauração, guerra contra Castela e a crescente dependência lusitana ao poder econômico e militar britânico -talvez explique a perda de vigor da monarquia em presentear os vassalos escritores com honras e mercês. (ELLIOT, 1990, p. 72)

É importante pensarmos que, em princípio, os descobrimentos originaram dois tipos de literatura dirigida aos soberanos: "*(...) o primeiro explorava as potencialidades do comércio, exaltava riquezas e singularidades, realizando um inventário da geografia, da natureza e das comunidades*" (RAMINELLI, 2008, p. 26). Dedicado aos feitos de súditos em mares distantes, o segundo obedecia a uma cronologia, era história destinada a singularizar acontecimentos e heróis. Frequentemente, inventários e crônicas estavam presentes em uma única narrativa.

Para além da diversidade, essa produção escrita dirigia-se ao soberano e contava

como serviço equivalente aos atos de bravura. Assim privilégios e concessões eram atribuídos como recompensa, "(...) *de valor honorífico e econômico, como forma de retribuir a manutenção dos laços entre metrópole e possessões*" (OATEN,1991, p. 122-123). A importância desta relação de concessões coexiste no campo social e político, pois "(...) *esses súditos atuavam na defesa da pátria, que se fazia tanto pela expansão territorial quanto pelo aumento do comércio*" (RAMINELLI, 2008, p. 27).

Uma conclusão que podemos chegar até o momento é que durante a União Ibérica, ao rogar por mercês, os vassalos do Brasil deveriam concorrer com conquistadores, militares, mineiros, fazendeiros e comerciantes de todo império espanhol. Oriundos da periferia, esses súditos brasílicos deveriam demonstrar o quanto o quinhão defendido era relevante. Sem esses subsídios, acreditavam que seus serviços não seriam recompensados.

Tornava-se conveniente, portanto, descrever as plantas, os animais, a fertilidade do solo e as reservas de metais preciosos ainda escondidos na natureza. Não bastava, entretanto, enumerar as dádivas naturais, era preciso, acima de tudo, demonstrar a disposição e docilidade dos povos para "compartilhar", com os portugueses, da fauna nas fazendas, engenhos e minas. Tratavam ainda de indicar os contrabandos promovidos por súditos pouco fiéis, os contrabandos, o desrespeito à lei e a incúria na administração das conquistas.

Com o interesse de valorizar os serviços, os fiéis vassalos enviavam notícias das grandezas da terra, tal como foi o caso de Gabriel Soares de Sousa. Pyrard de Laval, neste caso, visou indicar circunstâncias similares, mas almejou recompensas através de outras instituições, tal como a Coroa francesa ou as companhias de navegação privadas.

1 | GABRIEL SOARES DE SOUSA: O OLHAR DA TERRA ...

Tendo explicitado na primeira etapa deste capítulo as razões que levaram Gabriel Soares de Sousa a produzir seus relatos e o funcionamento do mecanismo de recompensa no qual este autor estava inserido, refletiremos agora suas percepções acerca das riquezas da terra, encontradas no recôncavo baiano, além de suas interpretações sobre a importância deste território para a Coroa espanhola.

Natural do Rebateu, chegou à cidade de Salvador em 1569, durante viagem em direção à Índia. Ao constatar as boas oportunidades de enriquecimento, decidiu ficar e empregar seus recursos na lavoura canavieira. Não se interessou apenas por empreendimento agrícola, tendo por muito tempo recolhido informações que seriam vitais para seus pleitos na Corte castelhana.

Ao refletirmos sobre as razões para Gabriel ter visto possibilidade de enriquecimento no Brasil, além de seu interesse em recolher informações sobre a terra, temos que considerar como a dispersão de conhecimento sobre o território colonial pode ter atuado

neste contexto: “*Desde 1507 já temos relatos que atravessaram boa parte da Europa, enaltecendo a possibilidade de riquezas no Novo Mundo*” (HALLEWELL, 2005, p. 18).

A hipótese de Gabriel Soares ter decidido permanecer na Bahia de Todos os Santos, em algum grau, pela imagem de riqueza constituída através dos relatos europeus, “*parece mais plausível do que afirmar que o autor permaneceu em um território relativamente desconhecido sem nenhuma razão aparente*” (AZEVEDO, 2007, p.41).

Ainda neste ponto, é importante ressaltar que mesmo na ausência de registros suficientes sobre o território colonial português na América, informações sobre estas regiões circulavam na Europa, em muitos casos, por meio dos relatos de exploradores e navegantes. É neste sentido que estes personagens *“serviam mais a causa daqueles que custeavam a empreitada do que, necessariamente, uma determinada nação ou bandeira*” (FRANÇA, 2009, p. 32).

Os cronistas que analisamos tinham agendas particulares, não almejando, dentre suas prioridades, servir a uma determinada coroa sem que isso, de alguma forma, lhes trouxessem benefícios ou algum grau de reconhecimento.

A obra de Gabriel Soares é dividida em duas partes: a primeira denominada de “*Roteiro Geral da Costa Brasílica*”; e, a segunda, de “*Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia*”. Iniciando-se com a descoberta do Brasil, o autor mistura elementos históricos, geográficos e etnográficos de diversos pontos do litoral, do Amazonas ao rio da Prata, fornecendo subsídios valiosos para colonos e administradores.

Provenientes de sua experiência ao atravessar a costa, os escritos de Soares de Sousa chamam atenção pelo detalhe: mapeamento de nações indígenas, aliadas e rebeldes, rios e portos, engenhos e lavouras diversas espalhadas pelo litoral. O autor, neste primeiro tratado, não buscou enfatizar as riquezas da terra, pois declara que seu interesse com o *Roteiro Geral* era de mapear a maior extensão territorial possível, descrevendo, quando a circunstância permitisse, o processo de colonização local, além de enaltecer os personagens que, por feito heróico e graça monárquica, poderiam ser dignos de receber alguma forma de mercê.

> Deste porto para baixo, pouco mais ou menos, se estende a capitania de João de Barros, feitor que foi da casa da Índia, a quem el-rei D. João III de Portugal fez mercê de cinquenta léguas de costa partindo com a capitania de Pero Lopes de Sousa, de Itamaracá. Desejoso João de Barros de se aproveitar desta mercê, fez à sua custa uma armada de navios em que embarcou muitos moradores com todo o necessário para se poder povoar esta sua capitania e em a qual mandou dois filhos seus que partiram com ela, e prosseguindo logo sua viagem em busca da costa do Brasil foram tomar terra junto do rio do Maranhão, em cujos baixos se perderam. (SOUSA, 1825, p. 55-56).

Se Gabriel não deu ênfase a descrição das riquezas da terra em seu primeiro tratado, podemos perceber que sua valorização estava na dimensão do domínio ibérico na costa

brasileira, e da importância em garantir a sua manutenção. O autor, por repetidas vezes, alerta sobre a ameaça de *corsários ingleses* e da necessidade de um maior empenho em defender a colônia de invasores estrangeiros.

Para Gabriel Soares de Sousa, as riquezas da terra não se resumiam na cana-de-açúcar, ou nas plantas, árvores e pedras preciosas (todos tópicos que seriam tratados na sua obra seguinte) existentes no território brasileiro, mas sim a própria terra.

No *Roteiro Geral* é visível a importância que o autor deu para as possessões portuguesas no litoral brasileiro, com ênfase especial para a Bahia de Todos os Santos. A razão para essa notável importância em sua obra se justifica facilmente quando levamos em consideração um dos principais interesses de Gabriel: "*garantir a manutenção de suas possessões no recôncavo baiano, assegurando sua defesa quando qualquer investida estrangeira"* (RAMINELLI, 2008, p. 64).

Para Sousa, "*nos reinos de Portugal e Castela havia escassas notícias do Estado do Brasil, o que agravava o abandono e a debilidade das fortificações"* (AZEVEDO, 2007, p. 47). O inventário cosmográfico era, em princípio, um recurso para incentivar a colonização, mas também parte da estratégia destinada a obter o real apoio para expandir seus domínios sobre o sertão.

Seguindo esta lógica, é fácil conceber como, para Gabriel Soares, o simples relato das riquezas da terra não seriam suficientes: era necessário estimular a ocupação territorial da colônia. No entanto, não devemos tratar deste caso como uma particularidade total, pois "(...) *esses entendimentos entre soberanos e súditos letrados eram constantes na Época Moderna, parte imprescindível do controle e gerenciamento das possessões ultramarinas"* (RAMINELLI, 2009, p. 40).

Os memoriais estreitavam os laços entre o centro e as várias periferias. Por vezes, viajantes eram previamente preparados para a tarefa de aproximar e fazer conhecer os limites e as potencialidades dos domínios. Esses súditos percorriam as fronteiras de imensos territórios, recolhendo elementos da geografia, do mundo natural e das comunidades nativas.

Teciam, enfim, as *tramas do império*, criavam possibilidades para intervenções e reformas, fazendo chegar aos soberanos mundos distantes e realidades quase desconhecidas. Nem sempre, esses vínculos eram estreitados por enviados da Coroa, por vezes, *"vassalos experientes e treinados na escrita exerciam essa função em troca de honras"* (RAMINELLI, 2009, p. 41).

Entendemos, até este ponto, que os primeiros relatos de Gabriel Soares acerca do território colonial não só solucionavam um problema para a coroa espanhola, mas também iam de encontro com os interesses do autor em garantir a manutenção de suas próprias possessões coloniais.

A questão do desconhecimento territorial brasileiro por parte dos portugueses, mesmo setenta anos após o início do processo colonizador era um fato recorrente, era de conhecimento dos colonos estabelecidos (GANDAVO, 1858). No prefácio de "*História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*" o autor afirma que os estrangeiros, desde corsários ingleses até navegantes franceses e holandeses tinham maior conhecimento da costa do que os portugueses.

É nesta conjuntura de desconhecimento que tivemos como resultado a necessidade da escrita de crônicas e relatos e que, no exemplo do *Roteiro Geral da Costa Brasílica*, os súditos portugueses, tal como Gabriel, almejaram, ao mesmo tempo, proteger as possessões coloniais ibéricas, assim como as suas próprias.

Antes de entrarmos na segunda obra de Gabriel, é importante analisarmos que ao mesmo tempo em que o autor buscava a valorização do território colonial e de suas riquezas, ele também prestou importantes denúncias contra a Companhia de Jesus. Nos relatos de Gabriel Soares conseguimos apontar suas denúncias contra os entraves ao emprego da mão-de-obra indígena nos empreendimentos coloniais. Sendo os jesuítas responsáveis pelos aldeamentos, os moradores ficavam dependentes dos padres para tocar as lavouras.

As epidemias e as guerras provocaram no recôncavo baiano aumento da mortalidade e escassez de braços para o cultivo de cana-de-açúcar, o que veio agravar a penúria de canavieiros e senhores de engenhos (SOARES DE SOUSA, 1940). Por isso que "*ao descrever os desmandos da Companhia de Jesus, ele pretendia alcançar o apoio das autoridades metropolitanas e solapar os privilégios dos inacianos no Brasil"* (RAMINELLI, 2009, p. 39-40).

Sem a interferência dos padres, os proprietários poderiam recorrer à escravidão e ampliar suas atividades agrícolas. Percebe-se então que *o vassalo d'el-rei não pretendia apenas expandir as áreas da colonização para as bandas do São Francisco, mas viabilizar braços para explorar a fertilidade da terra* (RAMINELLI, 2009, p. 40).

É na segunda obra de Gabriel, *Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia,* que temos a maior variedade das descrições das diferentes riquezas da terra encontradas, principalmente, no recôncavo baiano. Gabriel não apenas abordou a fauna e a flora, mas prestou, ao nosso ver, extenso relato sobre a produção de cana-de-açúcar, assim como o volume de metais e pedras preciosas encontradas no sertão. Não distante de seu objetivo anterior, Gabriel fornece uma visão otimista sobre a Bahia de Todos os Santos, que nos permite questionar o limiar entre uma descrição factual e seu interesse em gerar atração dos colonos para povoar as terras brasílicas, como podemos observar no trecho abaixo:

> Na cidade do Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos e alfaias de casa, entanto que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada. Há na Bahia mais de cem moradores que têm cada ano de

mil cruzados até cinco mil de renda, e outros que têm mais, cujas fazendas valem vinte mil até cincoenta e sessenta mil cruzados, e davan-tagens, os quais tratam suas pessoas mui honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer peão anda com calções e gibão de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas mui bem concertadas e na sua mesa serviço de prata, e trazem suas mulheres mui bem ataviadas de jóias de ouro. (SOUSA, 1825, p. 143)

Ao mesmo tempo em que projeta uma imagem de abundância para a cidade de Salvador, Gabriel alerta, enfaticamente, sobre a ausência de defesas, argumentando sobre a facilidade com quem os estrangeiros poderiam aportar e tomar as riquezas coloniais,

Não parece despropósito dizer neste lugar, que tem el-rei nosso senhor obrigação de, com muita instância, mandar acudir ao desamparo em que esta cidade está mandando-a cercar de muros e fortificar, como convém ao seu serviço e segurança dos moradores dela; porque está arriscada a ser saqueada de quatro corsários, que a forem cometer, por ser a gente espalhada por fora, e a da cidade não ter onde se possa defender, até que a gente das fazendas e engenhos a possa vir socorrer (...). (SOUSA, 1825, p. 83)

Gabriel deixa evidente que, ao mesmo tempo em que valoriza e detalha a costa brasileira, o centro das riquezas coloniais residia na Bahia de Todos os Santos. Ao analisarmos os primeiros capítulos deste segundo tratado, compreendemos que, a riqueza natural da colônia brasileira, em especial da Bahia de Todos os Santos, não residia em um segmento especifico, fosse ele açúcar ou ouro, mas sim na própria terra e nas suas possibilidades.

Desde o *Roteiro Geral* Gabriel tenta argumentar sobre as inúmeras maravilhas da terra, mas que ainda permaneciam inexploradas e desprotegidas. É nesta segunda obra que nos é permitido afirmar que a intenção de Gabriel não era apenas a manutenção do território, mas estimular seu crescimento e sua prospecção. Ao mesmo tempo em que tenta chamar a atenção da monarquia, Gabriel faz recomendações sobre como defender Salvador de uma possível investida estrangeira:

"(...) enquanto não for cercada, não tem remédio mais fácil para se poder defender dos corsários que na baía entrarem, que pelo mar com quatro galeotas que com pouca despesa se podem fazer, e estarem sempre armadas; à sombra das quais podem pelejar muitas barcas dos engenhos, e outros barcos, em que se pode cavalgar artilharia, para poderem pelejar; e esta armada se pode favorecer com as naus do reino, que de contínuo estão no porto oito e dez, e daqui para cima até quinze e vinte, que estão tomando carga de açúcar e algodão, nas quais se pode meter gente da terra a defender, e alguma artilharia com que ofender aos contrários, os quais, se

> não levarem a cidade do primeiro encontro, não a entram depois, porque pode ser socorrida por mar e por terra de muita gente portuguesa até a quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja a saber: quatro mil pretos da Guiné, e seis mil índios da terra, mui bons flecheiros, que juntos com a gente da cidade, se fará mui arrazoado exército, com o qual corpo de gente, sendo bem caudilhada, se pode fazer muito dano a muitos homens de armas (...)" (SOUSA, 1825, p. 67).

Gabriel não se resume apenas ao tratamento da importância da manutenção da Bahia de Todos os Santos, em sua relevância econômica e estratégica, mas também no receio contra um temor real que os colonos portugueses passaram a lidar desde a ascensão de Felipe II ao trono de Portugal: as investidas neerlandesas contra as possessões ibéricas no Pacífico e, futuramente, no Atlântico. Apesar de não ser esse o tópico deste capítulo, sendo mais bem elaborado em seguida, é válido apontarmos a perspectiva que um súdito ibérico, como Soares de Sousa, tinha das *"investidas de companhias de sociedades anônimas neerlandesas"* (PARKER, 2010, p. 109), e de como os ataques sistemáticos feitos contra entrepostos portugueses na África e Ásia a partir de 1580 geraram o receio da perda dos produtivos territórios da região de Salvador e do recôncavo baiano.

> O que se devia pôr em efeito com muita instância, pondo os olhos no perigo com que está de chegar à notícia dos luteranos parte do conteúdo neste Tratado, para fazerem suas armadas, e se irem povoar esta província, onde com pouca força que levem de gente bem armada se podem senhorear dos portos principais, porque não hão de achar nenhuma resistência neles, pois não têm nenhum modo de fortificação, de onde os moradores se possam defender nem ofender a quem os quiser entrar. (SOUSA, 1825, p. 351)

Os luteranos descritos por Gabriel dizem respeito aos neerlandeses do norte das províncias unidas que, desde o século XVI, passaram a aceitar ideias reformistas e a se distanciar do centro de poder espanhol que governava aquela região. Sendo incisivo, o cronista não hesita em definir os portos lusitanos como pontos de fácil acesso e de conquista, caso fossem atacados por forças bem preparadas. Se levarmos em consideração os interesses de Gabriel até então, é fácil compreender o enorme receio que este português tinha de que o Brasil sofresse o mesmo destino das Índias Orientais, de terem sido dominadas por outros impérios ultramarinos.

Por fim, Gabriel, deixa transparecer em sua segunda obra, que o rei D. João III (1502 a 1557), caso tivesse vivido mais alguns anos e ainda governasse o Império português, teria estabelecido maior domínio na Bahia de Todos os Santos, reforçando defesas, expandindo o conhecimento sobre a terra e a usando em seu pleno potencial. Neste sentido podemos afirmar que Gabriel já tinha interesse em conquistar a atenção do monarca espanhol, inclusive pontuando o curso de ação que ele acreditava que teria sido tomado pela coroa portuguesa, caso a dinastia de D. João III ainda permanecesse. Entendemos o difícil equilíbrio de interesses que o autor tentou executar, pois ao mesmo

tempo em que tinha suas prioridades, tentou torná-las objetos de importância para a Coroa espanhola.

> El-rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificaria nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos, para o que ela estava mui capaz, e agora o está ainda mais em poder e aparelho para isso, porque é senhora desta baía, que é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza." (SOUSA, 1825, p. 142)

Portanto, a noção de riqueza que Gabriel Soares de Sousa teve durante sua estadia na Bahia de Todos os Santos não foi apenas pautada nas riquezas físicas da terra, como a cana de açúcar e os possíveis metais preciosos, mas também pelo que aquelas regiões do interior desta capitania, em especial o recôncavo baiano, tinham potencialmente a oferecer para a Coroa ibérica.

Gabriel, em sua obra, defendeu a importância estratégia de Salvador e seus arredores, tanto pelo caráter de defesa, quanto de sua capacidade comercial. A razão que compreendemos disso, de acordo com seus próprios relatos e seu diálogo com a historiografia utilizada neste capítulo é que este cronista tinha interesses que iam além de simplesmente relatar aquilo que observou durante sua permanência na Bahia.

Gabriel Soares objetivou mais do que conquistar uma mercê para consolidar seus interesses no interior da Bahia, como deixou explicito em pedido a Felipe II quando ofereceu suas duas narrativas ao monarca espanhol. Este cronista também queria assegurar suas possessões na colônia, onde era dono de engenhos de açúcar no recôncavo baiano.

Observamos que Gabriel Soares receava que, dado a natureza distante da coroa portuguesa e as defesas frágeis estabelecidas, haveria uma real ameaça estrangeiras as riquezas produzidas na capitania da Bahia de Todos os Santos e, indiretamente, as suas próprias possessões.

A narrativa de Gabriel Soares, como dita anteriormente, dialoga com o contexto histórico da União Ibérica, pois o autor compreende a necessidade de se aproximar do monarca espanhol enquanto vassalo. De maneira similar, temos a contextualização da obra deste cronista com as relações sócio econômicas particulares da colônia brasileira e com o mecanismo de recompensa ibérico que se desenvolvia desde o advento da expansão ultramarina portuguesa e espanhola.

Em seguida, passamos ao cronista e mercador francês François Pyrard de Laval, que, de maneira diametralmente oposto a Gabriel, veio da França, com objetivos pessoais específicos em sua viagem, tendo ele escrito seu diário sem o interesse primário de ofertá-lo a alguma monarquia.

2 I “... E DAQUELE QUE CHEGA”: FRANÇOIS PYRARD DE LAVAL

Em 1601, alguns cidadãos de São Malo, almejando emular a experiência holandesa, formaram uma companhia de navegação, equipando dois navios visando o comércio nas Índias Orientais (TRUBNER, 1909). Entre estas pessoas, podemos referenciar Pyrard de Laval, que, descendendo de uma família de mercadores franceses locais, percebeu a potencialidade que o comércio com o oriente oferecia.

Os países no norte da Europa, principalmente França, Países Baixos, Suécia, Dinamarca e Inglaterra “*trilharam caminhos similares a aqueles estabelecidos pelas potências ibéricas primeiramente no Pacífico, mas posteriormente também no Atlântico*” (PARKER, 2010, p. 91).

Levando em consideração que estes colonizadores europeus apenas começaram suas expansões marítimas a partir do final do século XVI, houve grande “*interesse público e privado nas possibilidades de riqueza inerentes ao comércio de longo alcance*” (PARKER, 2010, p. 92). Esta prática comercial, por outro lado, não era de simples execução, sendo necessário investimento de capital com ampla noção de todos os riscos em potencial, que iam desde pirataria até tempestades, sem considerar os conflitos nacionais existentes.

Uma das formas mais eficazes de se diminuir as despesas e possibilitar estas expansões foi através de instituições que facilitassem o comércio de longo alcance, as “empresas de navegação”. Esta empresa, ao exemplo de sucesso estabelecido pelos holandeses com a Companhia de Navegação das Índias Orientais, resultou na criação de instituições similares na Inglaterra, mas com efeitos parecidos nos demais países do norte da Europa.

A razão para isso é clara: diminuíam-se os riscos e potencializavam-se os ganhos possíveis. O caso de Laval, na França, dialoga exatamente com este contexto, levando em consideração que mesmo não sendo possuidor de grandes riquezas, foi capaz de, com um sócio chamado Vitre (OATEN, 1991, p. 123) estabelecer as fundações necessárias para iniciar o comércio com o oriente.

Em realidade, o caso de Laval não era particular, apesar de também não ser tão comum quanto se pode imaginar. A relação entre os governos europeus e a formação de alianças com elites econômicas internas marcou o processo de expansão marítima de diversos países. A razão para isso pode se encontrar na “*competição entre estes países, que os compeliu a encontrar novas formas de garantir o crescimento do seu poder fora da Europa*” (PARKER, 2010, p. 240).

Teóricos da economia moderna, tais como Jean Baptiste Colbert (1619-1653), na França e Thomas Mun (1571-1641), na Inglaterra, posteriormente conhecidos como

mercantilistas, advogavam que "*as capacidades de produção nas colônias no além-mar deveriam ser usadas para dar suporte ao crescimento econômico de um país*" (PARKER, 2010, p. 243). Similar lógica era defendida no tocante a balança comercial destes países: deveria se exportar o máximo possível, enquanto se limitava as importações.

O pensamento mercantilista, de fato esteve presente nos impérios ultramarinos do século XVI e XVII, mesmo que tenha se adaptado ao contexto interno de cada nação, como bem sabemos: diversos fatores como colônias, rotas marítimas e acordos comerciais ditaram os moldes mercantis europeus na modernidade.

Mais uma vez, conseguimos relacionar o caso de Laval com o contexto de expansão marítima francesa, que não foi um dos mais poderosos no que diz respeito ao Atlântico, não tendo conseguido estabelecer domínio no litoral da América portuguesa ou na América Central. Por outro lado, sabemos que os franceses também se dedicaram a formar companhias de navegação visando o oriente, na tentativa de disputar com aquelas desenvolvidas nos Países Baixos e na Inglaterra: "(...) *em competição com os holandeses, ingleses e franceses fizeram os assentamentos mais fortificados na Índia*" (PARKER, 2010, p. 298).

Diferente dos portugueses e holandeses, os diretores de companhias francesas "(...) *negociavam acordos diretamente com as elites locais, assim como buscavam proteção nas alianças com governantes indianos*" (RICHARDS, 1995, p. 87). O caso da companhia francesa das índias orientais é ainda mais particular, pois se lançou na expansão marítima tardiamente no século XVII, além de ter, desde o início, participado de escândalos financeiros na França, "*esta empresa lutou para conseguir influência na costa ocidental da África, em Maurício, assim como no litoral de Malabar e algumas áreas de manufaturado na Índia*" (SUBRHAMANYAM, 1997, p. 43).

Ao analisarmos esta circunstância, não é difícil imaginar que mercadores de cidades litorâneas francesas, como a cidade de S. Maló, aproveitaram a oportunidade de não haver nenhuma grande companhia de navegação nacional fazendo comércio no oriente, para se lançar na busca por riquezas na Ásia. Esse fato se prova quando percebemos que a afirmação de Pyrard de que *havia grande riqueza para ser conquistada nas Índias, onde pretendia fazer negócios* (LAVAL, 1611, p. 26).

Até então, entendemos parte do contexto que teria levado um mercador como Laval a criar uma pequena companhia de navegação, e também a razão para que ele próprio tenha participado da primeira viagem, tendo o objetivo de estabelecer parcerias comerciais na Ásia, como um dos sócios da empresa.

Sua participação nesta viagem se tornar ainda mais fundamental ao considerarmos que "*Laval, em 1601, foi responsável pela segunda expedição comercial francesa nas águas das índias orientais, tendo a primeira em 1529, comandada por Jean Parmentier, rumo*

Sumatra" (TRUBNER, 1909, p. 19). Os dois navios que saíram de S. Maló, o Croissant e o Corbin, rumaram em direção ao Ceilão, onde pretendiam fazer comércio.

O naufrágio do Croissant próximo ao litoral africano, foi relato nos escritos de François Pyrard, "*que graças a fama conquistada por seu diário, ficou posteriormente conhecido como François Pyrard de Laval*" (TRUBNER, 1909, p. 21).

Entre os vários relatos contidos em seu diário, Laval, ainda a caminho do oriente, descreve uma parada que seu navio fez na ilha de 'Anno-bom', onde lidaram com portugueses, fazendo negócios e, posteriormente, travando uma pequena disputa. Sobre esta ilha, Laval afirma:

> Esta ilha de Anno-bom pertence a um fidalgo portuguez, a quem El-Rei de Hespanha a deu. Os outros portugueses, que alli moram, são seus feitores e creados. Todo o povo da ilha é seu escravo; de que faz grande trato assim em Hespanha, como nas Indias occidentaes; e extrahe todos os anos certo numero conforme e sua multiplicação. (LAVAL, 1679, p. 13).

A concessão referida por Laval não foi uma das mercês distribuídas pela dinastia filipina aos seus súditos portugueses, tal como aquela almejada por Gabriel Soares. É válido analisarmos o quanto essa prática fazia parte do conhecimento comum europeu, tendo em vista que Pyrard, saindo de S. Maló, não demorou muito tempo nesta ilha para saber que ela tinha sido oferecida pela Coroa espanhola, nos permitindo pensar sobre a frequência desse mecanismo de recompensa ibérico.

Ainda neste primeiro momento de sua viagem, Laval detalhou as riquezas da ilha: *Dão-se alli muitas fructas, como laranjas, bananas, que servem de pão, outra fructa 'panana'; assim como arroz, e milho. Colhe-se porção de algodão, que é o único gênero que alli dá rendimento* (LAVAL, 1679, p. 53).

Laval faz questão de, em sua descrição, como todas as que fez posteriormente, não apenas descrever as riquezas e a produção das terras que visitou, mas deixa registrado também quais entre esses produtos são os gêneros capazes de melhor rendimento ou com possibilidade de riqueza: o óleo de baleia, o pau brasil e a cana de açúcar. A percepção de riquezas naturais para Laval estavam diretamente relacionados com as suas capacidades de produção e de comércio.

Enquanto Laval transitava pelo litoral oeste da África, próximo a colônia de Cabo Verde, evidencia que não era apenas a riqueza da terra que chamava a atenção deste cronista, mas também o comércio de escravos africanos: *De sorte que é cousa maravilhosa o grande número de escravos que dalli se tira todos os anos, e que se levam a América ou a Portugal, sem contar os que ficam na terra a servir os portugueses* (LAVAL, 1679, p. 61).

No início do século XVII um mercador francês já tinha uma noção relativamente acurada sobre o comércio de escravos no Império português. Sobre a consolidação do

tráfico atlântico, temos que *"não marcou somente um profundo impacto na sociedade africana, mas também na relação econômica europeia a partir do século XV*" (LOVEJOY, 2010, p. 34).

Nesse sentido, entendemos que não seria tão incomum que, dado a crescente importância deste comércio, até mesmo um súdito francês, ainda mais um mercador de cidade litorânea, tivesse conhecimento sobre o tráfico negreiro e seu potencial, e importância, na realidade econômica portuguesa.

Já em sua estadia pela Ásia, Laval permaneceu por consideráveis anos no arquipélago das ilhas Maldivas, onde escreveu sobre sua perspectiva acerca das riquezas da terra, além do comércio e das relações sociais estabelecidas entre o rei local e os mercadores europeus e asiáticos:

> O commercio é grande nas ilhas de Maldiva, e são mui frequentadas pelo trato mercantil de toda a parte alli *vão mercadores, como malabares de* Barcelor, Onor, Bangalor, Cananor, Calecut, Tanor, Cochim, Coulão, Chalé; Guzerates de Cambaia, Surrate, e Chaul; Arabios; Persas; e de Bengala, S Thomé, Masulipalão; e de Ceilão e Sumatra (...). (LAVAL, 1679, p. 194).

O detalhamento acerca da diversidade de origens dos mercadores que chegavam nas Maldivas apenas reitera a importância que Laval deu para o estabelecimento de uma rota comercial entre S. Maló e esta região. De fato, a área litorânea ao sul da Índia foi de grande importância para o comércio ultramarino não apenas europeu, mas também oriental.

De toda a atividade comercial ocorrendo em várias partes do mundo*, "rotas na Eurásia e na África representaram a mais forte continuidade de mercados internacionais no período inicial da idade moderna*" (PARKER, 2010, p. 103-104). A relevância comercial e econômica desta região pode explicar uma das razões para Laval ter decidido permanecer neste arquipélago asiático após o naufrágio do seu navio, o Corvo.

Além de abordar o comércio de especiarias e o transito de ouro e prata, no qual Laval afirma ter um trato diferente daquele feito na Europa, em vista de que a *prata era mais rara no Oriente do que na Europa* (LAVAL,1679, p. 191), o cronista aborda riquezas específicas encontradas nas Maldivas, como o 'boly', pequenas conchas contendo um crustáceo que, de acordo com Laval, "(...) *são da grossura da ponta do dedo, todos brancos, mui polidos e resplandecentes* (...) (LAVAL, 1679, p. 192).

O volume de transporte destas reluzentes conchas é surpreendente, ao considerarmos que Laval assim assinalou (...) *transportam-se em espantosa quantidade, de sorte que vi carregar por anno trinta ou quarenta navios inteiros, sem outra carga alguma* (LAVAL, 1679, p. 195) e que esses carregamentos saiam em direção a Bengala, onde a população tinha grande apreço pelas conchas.

O cronista afirma ainda que o acúmulo destas conchas se igualava ao de ouro e prata, ao menos por parte dos reis e grandes senhores, que (...) *mandam construir de proposito logar accommodado para enceleirar estes busios, e os hão como parte de seus tesouros* (LAVAL, 1679, p. 197).

Pyrard não se reservou apenas a relatar as riquezas que eram consideradas valiosas na Europa, mas se importou em descobrir o processo de extração de produtos locais, mas que possuíam grande valor no comércio oriental. Isso nos permite compreender a percepção do cronista sobre as riquezas e suas variedades no comércio ultramarino.

Ainda sobre sua estadia na Ásia, Laval afirma que o arquipélago das Maldivas contava com grande comércio de *esteiras de junco mui liso, de lindos feitios e diversos matizes, e as enfeitam de ornatos e firmas com tanta perfeição, que não há nada mais lindo* (LAVAL,1679, p. 202) e que os portugueses e os indianos tinham grande apreço por essas peças de tecido, garantindo sempre um movimentado comércio envolvendo este produto.

Assim como outras especiarias, esse tecido, referenciado por Laval, decorado e tingido fazia parte de um intricado mercado regional, alimentado não apenas por mercadores do oriente, mas também pela chegada dos europeus desde o século XIV. Sobre a relevância comercial desta região, temos que "(...) *assim as Maldivas são frequentadas de gente de toda a parte por razão de mercancia, por haver nelas tantas coisas que os estrangeiros presam e procuram* (LAVAL, 1679, p. 205).

Através dos relatos de Laval, que a população das Maldivas não se importava em produzir gêneros para se sustentar, dependendo do comércio de seus artigos por *arroz, roupas brancas de algodão, seda, óleo feito de uma certa semente cheirosa, ferro, aço, especiarias, porcelana* (...) (LAVAL, 1679, p. 207). Nessa dinâmica mercantil, de cambio entre produtos e comércio de escambo, esse pequeno arquipélago oriental passou a ter grande "(...) *afluência comercial devido à expansão marítima europeia iniciada por portugueses, mas procedida pelas demais potências ultramarinas europeias*" (WARD, 1990, p. 56).

Sobre a colônia portuguesa na América, Laval fez considerações que acreditamos importantes, especialmente sobre as riquezas da região de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos, pois abordou as riquezas locais e a necessidade de sua manutenção pela coroa ibérica. Antes mesmo de sua chegada, relatou aquilo que sabia sobre as possessões portuguesas na América, além de suas riquezas, como podemos observar abaixo:

> Não se fala em França senão do açúcar da Madeira e da Ilha de S. Tomé, mas este é uma bagatela em comparação da do Brasil, porque na Ilha da Madeira não há mais de sete ou oito engenhos a fazer, e quatro ou cinco na Ilha de S. Tomé. Mas segundo meu próprio conhecimento há, no Brasil em cento e cinqüenta légoas de costa perto de quatrocentos engenhos e toda a costa tem bem oitocentas léguas (...) Riqueza desta [terra] é principalmente em açucares, dos quais como já disse em outro lugar, os portugueses carregam

> seus navios. Porque não julgo que haja lugar em todo o mundo, onde se crie açúcar em tanta abundancia como ali. (LAVAL, 1944, p.228-229)

O reconhecimento sobre a extensão territorial dos engenhos portugueses no litoral não era algo peculiar no início do século XVII, principalmente se considerarmos que o processo de ampliação do conhecimento europeu a respeito das colônias americanas era de interesse de navegadores e mercadores que dependiam do comércio atlântico.

A tradição literária sobre o Novo Mundo residia não apenas nos relatos de viagem, ou crônicas, mas também nos mapas e na sua importância estratégica: "*Jan Huigen van Linschoten, autor de uma narrativa de viagem e permanência no Oriente, anexara a seu texto um valioso roteiro da costa brasileira*" (MELLO, 2011, p. 46). Não sendo uma prática incomum, podemos citar um outro batavo, Diederick Ruiters, que fora prisioneiro na Bahia e publicou no século XVII o 'Tooertse der zeevaert' (Tocha da Navegação), descrevendo nosso litoral, o da Guiné e de Angola. O fato é que os interesses econômicos dos Estados europeus e de seus súditos nas Américas era crescente, e Laval, neste contexto, apenas reforça esta afirmativa.

Sobre a navegação portuguesa entre a metrópole lusitana e suas colônias atlânticas, Laval afirma que *os portugueses, na sua navegação mercantil para o Brasil, índias ocidentais, Angola e outras partes além do Cabo da Boa Esperança, não se servem de grandes navios, mas só de caravelas* (LAVAL, 1679). Demonstrando conhecimento sobre as rotas comerciais e os artigos transportados pelos portugueses, ele continua escrevendo que *nestes navios seguem sua rota para o Brasil, e saem de Lisboa carregados de toda a sorte de mercadorias da Europa, necessárias a vida e a comodidade do homem, como panos de linho, lã, seda, vinhos, azeite e outras coisas* (...) (LAVAL, 1679, p. 212).

A percepção de Laval sobre a estrutura mercantil atlântica se conclui ao afirmar que "*os portugueses, pois tendo tomado carga de todas estas mercadorias, vão de volta ao Brasil, para sair em terra em algum dos portos daquele país, e principalmente em Pernambuco, que é o lugar de maior tráfico de açúcar"* (LAVAL, 1679, p. 218). Interesse pontuarmos que as afirmativas que Laval fez sobre o comércio português ocorreram antes de sua chegada ao Brasil.

Ao considerarmos a realidade comercial das regiões produtoras de açúcar e o tráfico de riquezas no Império português, notamos que os apontamentos relatados por Laval não se distanciam da realidade do contexto econômico ultramarino daquele período. Vera Ferlini afirma que "os *primeiros momentos da colonização foi o nordeste brasileiro que deu luz ao Brasil, sendo o açúcar quem fomentou a estrutura agrária do país*. " (FERLINI, 1984, p.24), reforçamos a narrativa elaborada por Laval até então.

O mecanismo de produção de riquezas relatada por esse viajante fica mais nítida com sua chegada na Bahia de Todos os Santos em 1610, onde se afirma que "*o que os portugueses, pois, extraem deste país é dinheiro, açúcar, conserva, balsamo e tabaco, mas*

não pau-brasil, que El-rei de Espanha reserva para si (LAVAL, 1679, p. 226).

Ao contextualizarmos a percepção de Laval sobre a Bahia de Todos os Santos e o Recôncavo Baiano, podemos nos apoiar em Vera Ferlini

> já em 1584 só no Recôncavo Baiano atingia-se o número de quarenta unidades de engenho" e, portanto, "nos dois primeiros séculos o objetivo principal da Colônia era a exportação do açúcar, que conheceria seu ápice até 1650, quando começou a traduzir a concorrência das Antilhas e da América Central. (FERLINI, 1984, p.28).

Sobre a sua percepção sobre a extração do pau brasil na colônia, Laval entende que esta seria uma das riquezas mais rentáveis e de mais fácil acesso e transporte, dado que sua extração não dependia de interiorizar a colonização, ou de expansiva mão de obra "(...) *porque sendo a terra ruim para se habitar, não tira rendimento algum; somente os seus rendeiros recolhem todo este pau e o enviam a estas partes da Europa* (LAVAL, 1679, p. 232).

O cronista francês não apenas discute seu valor mercantil, mas também como as autoridades ibéricas reconheciam sua importância e resguardavam este produto contra a possibilidade de contrabando: "(...) *e há-o lá em muito abuntança, e ninguém ousaria tratar nele, porque se fosse achado num navio pouco ou muito, que não fosse comprado a El-rei, o navio seria confiscado* (LAVAL, 1679, p. 234). Não se limitando apenas a perceber a importância do açúcar e do pau brasil, Laval abordou em seus relatos descrições sobre outras riquezas da terra, e que lhe chamaram a atenção, como o tabaco, que, segundo Ferlini, foi "*essencial para o tráfico negreiro e que começou a ser cultivado desde o final do século XVI, muito encontrado na Bahia*" (FERLINI, 1984, p. 28).

Ainda sobre os relatos de Laval, temos uma passagem, onde nosso cronista encontrou (...) *no Brasil, um francês, natural de Nantes, chamado Julião Miguel, mercador muito rico e esperto* (LAVAL, 1679, p. 235). Ele afirma que este mercador, Julião, havia adquirido (...) *ou por compra, ou por mercê, licenças de pescar baleias por sete anos nessa bahia, onde se faz a mais rica pesca de baleias que há no mundo* (LAVAL, 1679, p. 236). Considerando a importância do óleo de baleia como recurso natural extraído desta região da colônia, podemos compreender a importância atribuída por Laval para este fato, além da razão para ter chamado sua atenção.

Uma interessante afirmação de Laval sobre Julião Miguel é que *esse mercador francês se passava por espanhol, e por tal era reconhecido, e muito bem aceito pelo o Rei da Espanha* (LAVAL, 1679). Em sua narrativa, o cronista tenta justificar a possível mercê de Julião, *eu julgo que por ocasião de bons serviços que havia prestado a este rei, alcançara esta licença de pesca, pois isto está muito longe de ser permitido aos franceses, ingleses, holandeses e outros estrangeiros* (LAVAL, 1679, p. 239).

Por fim, Laval que passou cerca de dez anos em viagens para o oriente e para

o Brasil, antes de retornar para a França em 1611. Ao considerar as percepções deste viajante sobre as riquezas encontradas, como elas foram selecionadas em sua narrativa e que ele era um mercador em busca da oportunidade de estabelecer uma rota marítima com a Ásia, concluímos que sua narrativa abarcou não apenas seus interesses e percepções, mas que, como apresentado até então, dialoga com o contexto econômico mercantil do início do século XVII.

Apesar de sua passagem pelo o Brasil não ter sido planejada, notamos que mesmo fora do território almejado em sua jornada, Laval não relutou em descrever as riquezas e suas variedades, além do seu comércio e extração, dado que se declarava interessado em estabelecer rotas comerciais, estes conhecimentos sobre o Brasil poderiam lhe ser útil.

Em seus relatos, observamos que as escolhas narrativas efetuadas por Pyrard de Laval levaram em consideração o contexto comercial no qual o autor se inseria, incluindo seus apontamentos sobre o tráfico de especiarias. O interesse deste viajante em conhecer mais sobre as tradições locais e sobre o comércio regional também corroboram com esta afirmativa, dando um caráter particular a obra produzida por este cronista francês.

CAPÍTULO 3

DE INVASOR A VIAJANTE

O domínio holandês no Nordeste é seguramente o período mais bem documentado da história colonial do Brasil, tanto do ponto de vista do volume das fontes bem como da variedade dos seus gêneros. (MELLO, 2010, p. 9-10).

Em nosso terceiro capítulo trabalharemos com os relatos de viajantes e mercadores neerlandeses, em especial o cronista Johannes Gregor Aldenburgk, que saiu da cidade de Coburgo, no centro da Baviera, em 1623, abandonando, por "motivos íntimos", a Universidade de Iena buscando se tornar um viajante. De acordo com o próprio: "*não obstante esta e outras dissuasões semelhantes, senti-me, desde a mocidade, inclinado a percorrer e a visitar terras estranhas, a fim de nelas procurar algo de bom* (...)" (ALDENBURGK, 1624, p. 12).

Após tomar ciência de que se formava uma expedição marítima, sua empreitada o levou rumo à cidade de Amsterdã, onde se alistou como voluntário na frota da Companhia das Índias Ocidentais, liderada pelo almirante neerlandês Jacob Willekens[1], então, "*À vista disso não me detive, parti em nome de Deus, cheguei ali são e escorreito, e fiz-me alistar na frota, com muitas outras pessoas gradas e humildes, a fim de seguir para as índias Ocidentais*" (ALDENBURGK, 1624, p. 14).Esta foi a expedição responsável pela conquista da cidade de Salvador, visando garantir o monopólio da produção de açúcar de um dos principais centros de produção do Brasil.

Durante sua permanência de cerca de um ano em Salvador, Aldenburgk foi responsável por uma minuciosa descrição da cidade e do recôncavo baiano, região onde participou de várias incursões predatórias, visando eliminar os focos de resistência portuguesa.

Sua obra, após seu retorno para a Europa, foi autenticada pelo notário público Simon Ruttens Keyserlijcken, sendo reconhecida em valor pela descrição detalhada da ocupação holandesa de Salvador, além das riquezas naturais lá encontradas. Mesmo sendo este o caso, Aldenburgk não recebeu nenhuma promoção dentro da hierarquia da companhia, permanecendo como soldado raso. Anos depois, este cronista veio a lutar, ainda como mercenário, na Guerra dos Trinta Anos, a serviço do exército do rei da Dinamarca, Cristiano IV.

1 Jacob Willekens, (Breda, 1571– Ternate, 1633) foi um almirante holandês, que comandou uma armada da Companhia das Índias Ocidentais, composta por 26 navios, com 1600 marinheiros e 1700 soldados. WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil.* Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 76.

De maneira similar, Aldenburgk foi responsável por outro detalhado relato de sua experiência no conflito, tendo este lhe conferido:

> (...) honrosa certidão, firmada pelo comandante de sua companhia, capitão Frantz Krusebeck, do regimento de Dietrich Von Gurtzsch, em Wolffenbüttel. Pelos dois atestados retro enumerados, desprende-se ter sido Aldenburgk soldado disciplinado, cumpridor de deveres e benquisto de seus superiores, merecendo destes referências elogiosas pela boa conduta. (FALCÃO, 1961, p. 18)

A escolha de nos guiarmos a partir da obra de Aldenburgk visa dois propósitos singulares, sendo o primeiro estabelecer uma relação entre o contexto político, social e econômico dos Países Baixos com as empreitadas particulares de seus mercadores e viajantes a partir do final do século XVI. O segundo objetivo é discutir que o caso de Johannes, que veio ao Brasil como voluntário, com o cargo raso de soldado, sob a égide da Companhia das Índias Ocidentais, não é uma completa exceção na realidade das companhias de navegação, reforçando a ideia de que, assim como Portugal e Espanha, demais potências ultramarinas tiveram sua própria realidade de cronistas e, em diferentes escalas, dependeram de seus escritos para impulsionar suas expansões na Ásia e no Novo Mundo, como podemos observar nos relatos abaixo:

> Graças à regularidade e frequência desses contatos, dispunha-se na Holanda de um excelente conhecimento não só das condições econômicas e sociais, mas também do litoral Nordeste, dos portos e até do traçado urbano de Olinda, conhecimento indispensável à preparação e à execução dos ataques primeiro contra a Bahia e depois contra Pernambuco. (MELLO, 2010, p. 11).

Analisaremos as circunstâncias da viagem e do pano de fundo social e político, primeiramente desenvolveremos o contexto da viagem de Aldenburgk, objetivando traçar a realidade na qual ele estava inserido. Como afirmado anteriormente, acreditamos que estas analises nos permitem identificar os elementos sociais e políticos que, de alguma forma, serviram de estímulo ou não para nossos cronistas.

O primeiro ponto que devemos ressaltar ao traçarmos este contexto é que parte considerável das empreitadas marítimas neerlandesas no século XVII tiveram seu início por influência da viagem de John Huyghuen van Linschoten, que visitou a Índia portuguesa em 1583. Este viajante, que relatou sua jornada pela Ásia, era nativo de Utrecht, e aos dezesseis anos de idade foi para Sevilla, na Espanha, onde viajou para Goa, em abril de 1583, sob o comando de Vincente de Fonseca.

Após cerca de cinco anos em Goa e de ter perdido sua posição graças a morte de Fonseca, Linschoten decidiu retornar para a Europa, não tendo razão para permanecer nas Índias, em vista da morte de seu comandante. Em sua volta para os Países Baixos, o cronista encontrou com Gerrit van Afhausen, navegante responsável por relatas rotas asiáticas e africanas em meados do século XVI, do qual obteve vastas informações sobre

comércio marítimo e que, futuramente, entraria em seu livro.

Linschoten chegou primeiramente em Lisboa, em 1592, mas não se demorou, tendo partido para a Holanda em setembro daquele mesmo ano. Foi em 1596 que este cronista publicou um extenso relato de suas investigações e descobertas, mas, sem dúvida, "(...) *a valiosa informação coletada sobre o poderio português nas Índias e as rotas marítimas para o oriente foram comunicadas para os líderes das companhias comerciais holandesa, consideravelmente antes da publicação de seu livro*" (VAN VEEN, 2003, p. 3).

Sobre a importância desta literatura, temos que "*este livro foi uma sensação na sociedade holandesa desde sua criação, tendo inclusive sido traduzido para diversas línguas*" (VRIES, 2009, p. 249-250). Seu valor pode ser facilmente compreendido pela sua caracterização do império português nas Índias no começo início de sua decadência. Essa deflagrada exposição de suas fraquezas e "*a corrupção de imoralidade de seus administradores imensamente estimularam não apenas os holandeses, mas toda a Europa em suas empreitadas para tirar sua parcela de riquezas do comércio com as Índias*" (VAN VEEN, 2003, p. 4).

Em sua obra, também podemos observar a descrição das rotas marítimas para Cochim, na Índia, além de China, Japão e o arquipélago do sudoeste asiático. A riqueza da narrativa de Linschoten, ao mesmo tempo em que serviu para inflamar o desejo de riqueza da sociedade holandesa, e até mesmo de outros países, consolidou a missão da Companhia das Índias Orientais em conquistar as possessões portuguesas no Oriente.

Como é de conhecimento geral, é a partir das últimas décadas do século XVI que esta empresa passou a se lançar fortemente na missão de quebrar o monopólio português no oriente. É importante ressaltarmos que, mesmo com o grande efeito de seus escritos após seu retorno, Linschoten não foi um viajante, pelo menos no que diz respeito a extensão de terra efetivamente coberta em sua jornada. Não tendo se aventurado além dos domínios portugueses, seu livro possui colocações sobre todas as regiões comprometidas dentro do império português, "(...) *se estendendo do Cambodia, Singapura, China e o Japão, do lado oposto*" (VAN VEEN, 2003, p. 13).

Mesmo considerando a necessidade de questionar e contextualizar seus escritos, sem dúvida seus relatos possuem uma riqueza de detalhes facilmente aproveitável, principalmente se considerarmos que relatos produzidos desta forma ainda eram incomuns em toda a Europa.

É possível, ao analisarmos ambas as obras, considerar que os efeitos da narrativa de Gabriel Soares de Sousa, produzida em 1587 e discutida no capítulo II, obteve repercussão na Coroa ibérica de maneira similar a qual a obra de Linschoten nas elites neerlandesas que controlavam as companhias de navegação da Holanda. O 'fenômeno' dos escritos e relatos de viajem não permearam apenas os países ibéricos e o mundo atlântico, mas foi

um processo que transcorreu por toda a Europa, inclusive contendo narrativas sobre a importância do oriente, de acordo com os diferentes contextos das expansões marítimas.

Ao considerarmos a possibilidade da obra de Linschoten ter causado impacto e servido de estímulo para a sociedade holandesa almejar a busca por riquezas no oriente no final do século XVI, a notícia da vitória dos holandeses em Salvador, em 1624, teve um duplo propósito: ao mesmo tempo em que alimentou a animosidade local, pois "*(...) simbolizou uma importante conquista para os Países Baixos, que não haviam obtido nenhuma vitória considerável contra os espanhóis desde o início da década de 1620*" (ISRAEL, 2007, p. 24-27).

Ao mesmo tempo em que a Espanha travava uma guerra continental contra os Países Baixos, como referido na passagem, os holandeses haviam conquistado uma das principais áreas econômicas do Império português que, graças a União Ibérica, estava atrelado aos domínios espanhóis.

É fácil compreendermos que, com a chegada de boas notícias do Brasil, o clima de animosidade pode ter se estabelecido na Holanda, e que rapidamente se espalharia por toda a região dos Países Baixos: "*relatos desta vitória atravessaram todas as províncias, fosse pela palavra falada, por meio de uma das imprensas existentes, ou por celebrações inteligentemente orquestradas nos principais centros urbanos*" (GROESEN, 2011, p. 172).

Para a Companhia das Índias Ocidentais, informações favoráveis, como de sucesso de suas conquistas e operações, foram cruciais para seu bem-estar financeiro a longo prazo. Antes que as notícias a respeito de Salvador tivessem sido digeridas, o governo dos Países Baixos concedeu a Companhia a requisição de um banimento em todos os relatórios não oficiais, visando evitar relatos que minassem os interesses desta empresa.

É válido ressaltar que, apesar disso, Jan van Hilten, um dos mais influentes formadores de opinião das províncias no século XVI, publicou sua própria versão dos eventos, no dia seguinte a proibição ter entrado em vigor: "*em sua narrativa, Hilten descreveu como os soldados holandeses saquearam a cidade, acumulando ouro e diamantes em valores extraordinários*" (GROESEN, 2011, p. 172-173). Esse tipo de publicação era exatamente o tipo de notícia que os diretores da Companhia buscavam evitar, tendo em vista a necessidade de boa relação com seus investidores, mas também com a sociedade neerlandesa dos Países Baixos como um todo.

Neste processo conseguimos observar que no caso das Províncias Unidas, a importância dos relatos destoava daquele almejado em outros países. Os Países Baixos necessitavam não apenas de informações que facilitassem suas investidas e seu processo expansionista, mas as Companhias de Navegação dependiam destes relatos para assegurar o estabelecimento de uma boa relação social com seus conterrâneos, fosse por questões culturais, como a manutenção de paz entre diferentes províncias dos Países

Baixos, fosse por razões econômicas, como não perder o suporte de seus investidores.

O fato é que, ao mesmo tempo em que podemos estabelecer uma relação entre a importância das crônicas e dos relatos para os poderes administrativos de vários impérios ultramarinos, existem particularidades dos efeitos destes escritos em cada região, como no caso descrito acima.

Sobre o processo de formação das Províncias Unidas frente o Império espanhol, podemos afirmar que diz respeito a um longo e atribulado período, que perdurou entre 1568 e 1648, também conhecido como 'Guerra dos Oitenta Anos'[2]. O processo de independência neerlandês foi, pelo menos em um primeiro momento, ocasionado por "*altos impostos, crescente desemprego e uma onda de temores a respeito da perseguição católica contra os protestantes calvinistas*" (BOXER, 1990, p. 242). Em concordância com Boxer, podemos afirmar que as disputas teológicas ocorridas durante o processo da Reforma, entre católicos e protestantes, desenvolveram um conflito armado que durou cerca de um século, a partir de 1560. Sobre estes conflitos, temos que

> (...) guerras sangrentas ocorreram na França, Alemanha, Inglaterra, Europa Central e nos Países Baixos. O mais horripilante episódio, conhecido como o 'Massacre do Dia de São Bartolomeu, aconteceu na França, em agosto de 1572, marcando o distanciamento entre a católicos e protestantes por todo o oeste da Europa. (PARKER, 2010, p. 74)

O clima das províncias neerlandesas já estava sensibilizado por questões econômicas e políticas, como o afastamento da nobreza holandesa da corte de Felipe II e com o aumento do desemprego, a expansão do embate religioso entre a Espanha e suas colônias pode ter agido como estopim para o início do processo de independência.

De fato, devemos fazer uma ressalva: as províncias neerlandesas não eram todas protestantes, sendo a maior concentração desta religião na região norte, principalmente em Amsterdã e Utrecht. Apesar deste fato, essas cidades vieram a se tornar, a partir do final do século XVI, os principais polos econômicos da região, sendo inclusive responsáveis por orquestrar a estrutura política e administrativa que viria a substituir aquela estabelecida pelos espanhóis.

O poderio econômico e comercial consolidado pelas principais cidades litorâneas dos Países Baixos podem ser compreendidos através da forma com que os impérios europeus estabeleceram suas possessões a partir do século XV. Nesse sentido, nos embasamos no fato que "*impérios europeus modernas se firmaram a partir de domínios em dois principais oceanos, o Índico e o Atlântico*" (PARKER, 2010, p. 76).

---

2 A Guerra dos 80 anos ou Revolta Holandesa de 1568 a 1648, foi a guerra de secessão na qual o território englobando aquilo que é hoje os Países Baixos se tornou um país independente frente à Espanha. Durante esta guerra, a República Holandesa tornou-se uma potência mundial por um curto período histórico, com grande poder naval, e se beneficiou de um crescimento económico, científico e cultural sem precedentes. TRACY, J.D. *The Founding of the Dutch Republic: War, Finance, and Politics in Holland 1572–1588*, Oxford University Press, 2008.

Ao longo das costas do oceano Índico, portugueses e espanhóis, desde o início do século XVI, passaram a estabelecer postos de comércio e fortalezas, onde apenas a partir do século seguinte holandeses, inglesas e franceses conseguiriam se lançar em missão similar. Enquanto nações europeias na Ásia e costa leste da África buscavam formas de controlar o máximo possível do lucrativo comércio de especiarias e artigos de luxo, no Atlântico, em contraste, as potências europeias almejavam extrair as riquezas da terra e produzir mercadorias na forma de plantações como o açúcar, o algodão e o tabaco. Sobre esta dicotomia, é possível afirmar que:

> (...) diferente dos impérios asiáticos, as expansões dos impérios europeus ocorreram a uma distância considerável de suas terras continentais. Cruzar o Atlântico levava cerca de quatro meses, enquanto um circuito completo entre a Inglaterra e a Índia poderia chegar a cerca de dezoito meses para se completar" (PARKER, 2010, p. 76).

A fim de possibilitar os objetivos citados anteriormente, as nações europeias iriam necessitar de grandes quantidades de navios em ambos os oceanos, para o comércio e manter comunicações entre diferentes regiões ultramarinas. Devemos ressaltar que não foram apenas os Estados que se lançaram na expansão marítima, mas também companhias de comércio e navegação como aquelas criadas nos Países Baixos.

A Companhia das Índias Orientais, por exemplo, "(...) *manteve mais de uma centena de navios em operação nas águas asiáticas em meados do século XVII. Até o final deste século, os Países Baixos contavam com cerca de quatro mil navios mercantes e militares em serviço*" (PARKER, 2010, p. 78).

Muitos navios ingleses, espanhóis, portugueses, franceses e holandeses, além de outros de países europeus, foram responsáveis por conectar portos ao redor do mundo no início da Idade Moderna. É nesse sentido que podemos pensar que o papel dos ocidentais, fosse através do comércio ou do relato de navegação, "(...) *serviram como um dos primeiros transmissores de interação global na modernidade*" (VRIES, 2009, p. 252).

Em contrapartida, devemos levar em consideração que o processo de constituição dos impérios ultramarinos ocorreu antes da chegada dos portugueses nas Índias: "*desde o século XIV, navegadores portugueses já sonhavam em encontrar uma rota marítima muito mais rápida para os centros comerciais na Ásia*" (PARKER, 2010, p. 79). De acordo com Parker, a posição geográfica vantajosa e o terreno pouco fértil também serviram como estímulos para que os portugueses se lançassem ao mar.

Foi a partir da conquista de Ceuta em 1415 que o infante Dom Henrique, também conhecido pela alcunha de 'Navegador', descobriria as riquezas do comércio de ouro transaariano. Foi neste contexto, ainda no início do século XV, que o império português passou a almejar ainda mais a possibilidade de encontrar uma nova rota comercial para o Oriente. Entre as principais razões, temos *"(...) a busca pelas riquezas que este comércio traria a*

coroa portuguesa, mas também uma forma de golpear o monopólio comercial estabelecido pelos impérios muçulmanos do Norte da África e Oriente" (GROESEN, 2011, p. 175).

Se o monopólio português do comércio marítimo com o Oriente foi uma das fundações do seu império ultramarino, como afirma Boxer (1990), consideremos agora o contexto da União Ibérica a partir de 1580 e da crescente rivalidade entre Portugal e a crescente potência marítima que os Países Baixos se tornavam.

> Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando o Reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África. Tais relações não poderiam escapar às consequências do conflito hispano-neerlandês, a começar pelos sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península, medidas que afetaram o suprimento de certos produtos indispensáveis à economia das Províncias unidas, em especial o sal português de que dependia a indústria de pesca, então uma das vigas mestras da prosperidade holandesa. (...) quando, no decênio final o século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente na Europa sua independência da Espanha, a ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina visando *á* destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos. (MELLO, 2010, p. 10-11).

O efetivo ataque e conquista de diversas possessões portuguesas no oceano Índico marcou um dos importantes momentos deste período, pois o comércio de artigos de luxo e especiarias lentamente, porém constantemente, mudava de mãos a partir de 1590. Apesar do esforço do Estado português em se tornar um importante agente no comércio marítimo nesta região, "(...) *comandantes portugueses tinham, em realidade, pouco controle territorial na Índia, Malásia e outros territórios asiáticos*" (BOXER, 1990, p. 60-61).

Potências do norte da Europa, como os holandeses, vieram a exercer um controle muito maior, não apenas sobre o comércio, mas também na produção de especiarias em regiões específicas do litoral asiático: "(...) *por volta de 1660, os Países Baixos dominaram a produção e o tráfico de noz moscada e cravo-da-índia na região de Molucca, a partir de seu centro de comando na Batavia*" (PARKER, 2010, p. 82).

Navios holandeses entraram no Índico por volta de 1595, quase um século após a viagem de Vasco da Gama, quando Cornelis de Houtman chegou até a ilha de Java em 1596, retornando para os Países Baixos de 1597. Sobre este fato, temos que

> apesar de simbólica, a viagem de Houtman pode ser considerada um fracasso enquanto investida comercial e marítima, tendo em vista que cerca de 249 marinheiros morreram de escorbuto ou outras doenças, além do lucro ter sido visivelmente pequeno. (PARKER, 2010, p. 84)

Apesar da circunstância descrita na passagem anterior, a promessa de lucros a partir do comércio de especiarias estimulou investidores em Amsterdã, tendo eles, por sua vez, comissionado navios para buscar novas fontes de especiarias asiáticas. Competindo

entre eles próprios, esses mercadores não conseguiram fazer frente ao já estabelecido poder da esquadra portuguesa.

Visando combater o poder naval português e eliminar a competição de dentro dos próprios Países Baixos, o governo holandês, em 1602, formou a Companhia das Índias Orientais, também conhecida como VOC (Vereenige Oost-Indische Compagnie) e concedeu direitos exclusivos para que fosse conduzido o comércio marítimo na Ásia: "*o governo holandês também concedeu a esta empresa a autoridade de fazer guerra, negociar com políticos locais e de construir fortificações*" (BOXER, 1990, p. 210-211).

O atrito entre holandeses e portugueses se estendeu, de fato, além do âmbito de competição comercial no oceano Índico. Como reforçado na passagem anterior, entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob o mando da Coroa espanhola, contra os quais os holandeses lutavam a sua guerra de independência nos Países Baixos. Nesse sentido: *"um golpe contra o Estado português, então, seria um contra a coroa espanhola*" (VRIES, 2009, p. 158).

Os holandeses foram capazes de controlar a produção e o comércio na Indonésia e no leste asiático de maneira mais eficiente do que os portugueses, e podemos centralizar as razões em dois fatos principais. O primeiro deles foi a criação da Companhia das Índias Orientais, que funcionou com eficiência econômica, possível pelo fato de que administradores altamente capazes serviram como governadores da empresa. Governados por um conselho de dezessete diretores, "(...) *a VOC era uma companhia particular, que levantava capital a partir da venda pública de ações*" (PARKER, 2010, p.91).

Levando em consideração a constituição da VOC enquanto empresa ultramarina, podemos analisar o papel de governadores gerais desta companhia, como Jan Pieterszoon Coen e Antonio van Diemen, que colocaram os lucros da empresa acima de qualquer outro objetivo, inclusive se precavendo contra a possibilidade de corrupção interna. A segunda razão foi que os holandeses tiveram sucesso em usar seu poderio militar a fim de garantir o monopólio do comércio. A fim de reiterar a afirmação anterior, temos que "*ansiosos para desarticular os portugueses, os diretores da VOC investiram pesado no poder de fogo naval e empregaram comandantes experientes em serviço a sua companhia*" (PARKER, 2010, p. 92).

De acordo com Parker (2010), entre o século XVI e XVII, os estaleiros em Amsterdã construíram cerca de 1600 navios colocados em serviço nos mares asiáticos. Em virtude dessa significativa presença naval, a Companhia das Índias Orientais conquistou áreas de comércio, negociou acordos de exclusividade com autoridades políticas locais e simplesmente impôs sua vontade no comercio e na produção na sua base de operações, as ilhas da Indonésia.

Citando mais uma vez o exemplo de Jan Pieterszoon Coen, que serviu como oficial da VOC e liderou uma expedição punitiva contra a habitantes das ilhas Banda em 1621, sob a

acusação de que haviam violado acordos comerciais: "*com a ajuda de mercenários japoneses, Coen e suas forças militares cometeram um massacre contra a população, decapitando líderes e colocando suas cabeças em varas de bambu*" (PARKER, 2010, p. 92-93).

Posteriormente, a companhia ocupou esse arquipélago, escravizando o restante da população e importando o restante dos escravos necessários para trabalhar nas plantações de noz moscada. Sobre a relação com a população local, é possível afirmar que "*quando outros produtores da Indonésia não eram de acordo com os tratados, a VOC os forçava a aceitar*" (BOXER, 1990, p. 215).

As forças holandesas, pelos relatos de navegantes como Aldenburgk, quase sempre respondiam de maneira tão agressiva quanto Coen em Banda. A passagem em seguida, de autoria de Aldenburgk, nos permite observar esta afirmação:

> Em seguida, reuniu-se, em nosso navio 'Esperança', o conselho de guerra, a fim de punir a vários delinquentes que jaziam no calabouço de bordo, durante muitas semanas a pão e agua, presos por grandes ferros e correntes; uns foram condenados a passar por baixo da quilha do navio e outras a saltar no mar do alto da vêrga grande. (ALDENBURGK, 1624, p. 167).

Além do que foi descrito anteriormente, temos o fato de que a administração holandesa dos mares visava consolidar o domínio da empresa comercial no Oriente, pois "*assim como os portugueses, a esquadra holandesa não permitia a passagem de navios que não tivessem a documentação necessária de compra e direito de transporte*" (PARKER, 2010, p. 88).

Até meados do século XVII, as possessões holandesas na Ásia contavam com Java, as Moluccas e outras ilhas da Indonésia, Melaka, Ceilão e a Cidade do Cabo, colônia no sul da África, e que serviu como entreposto holandês entre os Países Baixos e a Ásia.

Posteriormente, a trégua hispano-neerlandesa dos doze anos (1609-1621) pode ser considerada como uma das principais razões para que a Companhia das Índias Ocidentais tenha demorado um relativo espaço de tempo para ser criada, se considerarmos o sucesso das empreitadas da VOC no Oriente. É importante reafirmarmos o fato de que o interesse dos Países Baixos no norte não veio após a mudança de relações políticas com o reino de Portugal em 1580, mas durante o início da colonização do norte da América portuguesa.

> A essa altura, contudo, o açúcar brasileiro passara a representar não um negócio propriamente holandês, mas uma atividade eminentemente controlada pela comunidade sedardita de origem portuguesa estabelecida em Amsterdã para fugir à perseguição do Santo Ofício na península Ibérica e à reconquista pela Espanha do porto de Antuérpia, que constituiu até 1585 o grande entreposto português no norte da Europa. Os marranos de Antuérpia e depois de Amsterdã haviam se envolvido profundamente, desde o início da colonização do Nordeste, com o financiamento e a operação da agroindústria açucareira e com a comercialização do produto nos mercados europeus. (MELLO, 2010, p. 12-13).

Podemos afirmar, portanto, que o todo da Companhia das Índias Ocidentais ter sido criada alguns meses depois da ‘Trégua dos Doze Anos’ não foi uma coincidência, mas uma resposta rápida do governo das Províncias Unidas devido a conjuntura estratégica da economia atlântica. Tendo sido concedido o monopólio da conquista, da navegação e do comércio em toda a área compreendida entre a terra Nova e o estreito de Magalhães e entre o cabo da Boa Esperança, a WIC (West Indische Compagnie) não tardou em iniciar suas operações, visando assegurar muitas das riquezas naturais provenientes das Américas (VAN VEEN, 2003, p. 22)

Importante ressaltarmos que esta empresa escolheu o Brasil como alvo de alguns de seus principais ataques por uma variedade de motivos, como por exemplo o fato de que “*a América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista de sua condição de posição subalterna na escala das prioridades militares do governo de Madri*” (MELLO, 2010, p. 29-30).

Outro importante ponto é que se contava com a obtenção de enormes lucros, a serem proporcionados pelo açúcar e pelo pau-brasil, calculando-se que, “*uma vez conquistada a um custo máximo de 2,5 milhões de florins, a colônia renderia anualmente cerca de 8 milhões de florins*” (MELLO, 2010, p. 34-35). Um terceiro argumento favorável ao ataque contra o Brasil era que, enquanto os centros de poder espanhol no Novo Mundo estavam concentrados no altiplano, o que tornaria a ocupação tarefa complexa e onerosa, os núcleos de população portuguesa situavam-se ao longo do litoral, ao alcance do poder naval batavo.

Podemos considerar também que o Brasil poderia proporcionar uma excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa no Oriente, além das minas de prata do Peru, “(...) *cuja distância da costa brasileira era então subestimada pela cartografia*” (PRAKASH, 1977, p. 108). Sobre a atividade destas empresas no Nordeste, Mello afirma:

> Devemos considerar que não foi apenas a WIC que ponderou sobre a possibilidade de enriquecimento existente no Nordeste brasileiro, mas também a imprensa neerlandesa. “Em 1624, três anos decorridos da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, publicava-se em Amsterdã um folheto de autoria de Jan Andries Moerbeeck intitulado ‘Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil. ’ Este autor resumiu em poucas folhas as razões estratégicas e econômicas em prol de um ataque bem-sucedido à América portuguesa. (MELLO, 2010, p. 30)

Um outro importante fato sobre a Companhia das Índias Orientais e, algum tempo depois, sobre a Companhia das Índias Ocidentais, foi a relação dessas empresas com seus funcionários. Johannes Aldenburgk saiu da Alemanha, se voluntariando para a expedição da WIC (West Indische Compagnie) nos mares atlânticos. Estrangeiros representavam, nestas

empresas, a maior parte de sua força de navegação e combate. Nos próprios relatos de Johannes são identificados que em seu navio haviam marinheiros portugueses, franceses, ingleses e até mesmo de regiões distantes do leste da Europa. Em contrapartida os postos mais elevados eram normalmente oferecidos a patrícios holandeses: " *os postos mais altos da VOC e WIC fora da Europa eram ocupados principalmente por homens que vinham da classe burguesa média ou baixa, com uma pequena parte derivando dos patrícios urbanos*" (BOXER, 1990, p. 251).

A razão que nos é colocada para que ambas as companhias aceitassem principalmente estrangeiros reside no fato de que a maior parte dos holandeses buscavam empregos mais próximos de casa, recorrendo a buscar fortuna nas Índias apenas como último recurso. Isso também significava que

> fazer carreira e receber promoções poderiam ser facilmente conquistados por homens habilidosos e determinados, pois uma carreira nessas companhias era, apesar de revoltas em nepotismo, principalmente uma carreira para aqueles que demonstrassem talentos. (BOXER, 1990, p. 260-261)

Isso se comprova pelo fato de que existem, documentados, diversos casos de homens que entraram nestas companhias em cargos baixos, mas que de alguma forma conseguiram alcançar títulos mais altos em suas hierarquias. Levando em consideração Aldenburgk e seu retorno para a Europa, devemos ponderar que seus relatos, após serem entregues a WIC e terem seu valor confirmado por um notário de Amsterdã, lhe conferiram uma carta oficial da companhia afirmando seu valor como soldado, reiterando a importância do serviço prestado durante sua estadia em Salvador.

Neste ponto, apesar de contextos diferentes, existiram similaridades entre essas empresas e a concessão de mercês oferecidas pela Coroa espanhola, pelo menos no que diz respeito a retribuição ofertada em trocas de relatos detalhados sobre os eventos transcorridos nas Américas. Além do exemplo de nosso autor, podemos citar casos similares, como "*Antonio van Diemen, um falido e desempregado que se alistou como soldado e se tornou Governador geral da batavia entre 1636 e 1645, além de François Caron, o cozinheiro do navio que se tornou Diretor-Geral lá em 1647 até 1650*" (BOXER, 1990, p. 150-151). Nesse mérito, também podemos mencionar que dois dos mais distintos Governadores Gerais da Batavia no século XVIII, Jacob Mossel (1750-61) e Reiner de Klerk (1777-1780), começaram suas carreiras na Companhia das Índias Orientais como simples marinheiros.

Uma consideração importante é que "*existiam aqueles que faziam parte destas companhias, mas cuja preocupação principal não era somente fazer fortuna*" (BOXER, 1952, p. 152). Boxer se refere, neste caso, a Jacob van Neck, que em seus relatos jurou "*que por toda sua vida, seu desejo foi de conhecer novos países e que essa foi a razão que o levou para o Oriente"* (BOXER, 1990, p. 155). O mesmo, afirma Boxer, poderia ser dito

do cirurgião do seu navio, Nicholas de Graaff que “*apesar de bem instalado e confortável em Amsterdã, não pode resistir ao chamado do mar e o desejo de conhecer os trópicos”* (BOXER, 1990, p. 157).

O caso de Aldenburgk não é tão diferente, tendo, de acordo com seus relatos, a razão para ter saído em direção os Países Baixos foi uma ‘inspiração divina’. Johannes, narrou que ao sair da Alemanha não foi para buscar a riqueza, mas para um propósito ‘superior’:

> Há sobre a terra duas diferentes castas de gente: uma que celebra com altos louvores a nobre arte de peregrinar, na qual pode ser contado Demócrito, que, perguntado certa vez, quais as vantagens que havia em percorrer países estranhos, respondeu apontando a grande utilidade das viagens, conforme se pode ver em Stob. Serm. 38 e em outros escritores e amadores da mesma arte. (ALDENBURGK, 1624, p. 155).

Este propósito, para ele, parece ter sido encontrado se voluntariando para a esquadra de Van Doort e relatando sua estadia de cerca de um ano em Salvador, tendo posteriormente ofertado seus escritos para a companhia a qual serviu. Sobre sua atitude e a existência de personagens similares, temos que

> homens desse tipo podem ter sido relativamente raros; mas existiam outros que, tendo ido para as Índias somente para fazer dinheiro, se tornaram fascinados pela vida e pessoas dos trópicos, e recordaram suas impressões para a posterioridade. (BOXER, 1990, p. 160)

Neste contexto de constituição da WIC enquanto empresa e do seu interesse em garantir as riquezas naturais obtidas no Norte, podemos fazer referência a obra de Jan Andries Moerbeeck que, em 1624, publicou um sucinto, porém detalhado folhetim intitulado “Motivos por que a Companhia das índias Ocidentais deve retirar ao rei da Espanha a terra do Brasil”:

> Embora a terra do Brasil seja maior do que toda a Alemanha França, Inglaterra, Espanha, Escócia, Irlanda e os dezessete Países baixos juntos, e embora os portugueses se tenham fixado em umas boas quatrocentas milhas ao largo das costas marítimas, sendo eles milhares em número, contudo há apenas dois lugares muito importantes no país, isto é, a Bahia e Pernambuco, E tendo sido os mesmos ocupados e fortificados e em se tendo feito algumas fortificações em certos lu8gares, colocando nelas algumas guarnições competentes, a Companhia das Índias Ocidentais não somente se tornará a senhora do país inteiro, como poderá manter sua posse (...). (MOERBEECK, 1624, p. 232-233)

Assim como já argumentamos anteriormente, os conhecimentos sobre as riquezas naturais do norte colonial foram disponibilizados com relativa facilidade para as empresas neerlandesas, principalmente porque antes da União Ibérica se estabelecer, o contato entre mercadores e navegadores holandeses na colônia não era um fato incomum. Isto, em grande parte, muniu a WIC com um mapeamento territorial que agiu com um dos

possibilitadores dos ataques que viriam a ser feitos contra Salvador e Recife. Sobre estas localizações, o cronista Moerbeeck afirma "*(...) isto é, a Bahia e Pernambuco (nos quais consiste esse grande país, conforme já disse), não dispõem de forças consideráveis ou fortalezas, de modo que, com a graça de Deus, os mesmos poderão ser e serão ocupados*" (MOERBEECK, 1624, p. 237).

Compreendemos também que não só a WIC necessitava conhecer a região norte mas também montar uma esquadra capaz de tomar e fazer a manutenção do território. É sabido que para isso dependeu de contratar homens livres, muitas vezes estrangeiros, para dar volume a suas tropas. É nesse contexto que Johannes Aldenburgk, se alistou, mesmo que por razões pessoais, na companhia neerlandesa: "(...) *principalmente se a Companhia das Índias Ocidentais para aí enviar oficiais corajosos, bons soldados, mestres ou engenheiros experimentados e adequados instrumentos de guerra* (...)" (MOERBEECK, 1624, p. 288).O conhecimento dos neerlandeses sobre as colônias ibérica não se resumiam ao mapeamento do seu litoral e de suas riquezas naturais, mas também diziam respeito a administração que portugueses e espanhóis desenvolveram no Novo Mundo. Sobre o conhecimento administrativo possuído pelos neerlandeses, temos que

> "o Rei da Espanha, o clero e os negociantes particulares de Portugal têm naquele país grandes capitais consistentes de terras, rendas, empréstimos sobre plantações, assim como mercadorias, que não se encontram muito para o interior, porém perto das duas mencionadas cidades. (MOERBEECK, 1624, p. 289).

O fato de que mercadores e navegadores neerlandeses sabiam que a concentração do comércio colonial residia em Recife e Pernambuco, pelo menos no período da União Ibérica, estimulou as empresas holandesas a se lançarem na tentativa de tomar esses estratégicos pontos, fosse por razões econômicas, ou militares, no caso da tentativa de desestabilizar o império espanhol nas Américas.

> Assim, elas podem ser atacadas, confiscadas e conquistadas conjuntamente pela Companhia das Índias Ocidentais (...) De tudo isso aparece claramente que a Companhia das Índias Ocidentais recobrará, com proveito, as despesas feitas e em breve tempo, tendo-se em vista principalmente a presa que será encontradas nas duas referidas cidades e nos lugares vizinhos, a qual consistirá de mercadorias, navios, munições de guerra, produtos da terra, rendas, dívidas das plantações (...) pois durante a pilhagem dos habitantes por parte dos soldados e marinheiros, obterão também muita presa tanto em moeda corrente como em joias, pratarias, vestidos preciosos, linho e outras coisas (...) Se a Companhia das Índias Ocidentais permitir, de boa vontade, essas pilhagens obterá tão grande reputação que, em todos os tempos, poderá dispor de tanto pessoal quanto precisar (...)" (MOERBEECK, 1624, p. 310).

De maneira similar ao conhecimento administrativo ibérico, os neerlandeses tinham detalhadas informações sobre o volume de saída das riquezas naturais do Norte, em

especial Recife e Salvador.

Aldenburgk, durante sua estadia, fez referência a saída de açúcar e seus diversos derivados, além de outros produtos, como óleo de baleia e pau-brasil. Sobre a forma como os portugueses extraiam o óleo de baleia, nosso cronista afirma:

> (...) depois, puxam-no para terra, por meio de cordas e grandes cabrestes, acionados por trinta ou mais homens; fazem a carcaça em pedaços e derretem-lhe a carne em azeite; em algumas baleias encontra-se o precioso âmbar, sendo, porém, a carne delas em geral tão gordurosa, que somente se podem comer as partes que ficam por baixo de suas barbatanas. (ALDENBURGK, 1624, p. 163).

Antes mesmo da invasão neerlandesa na Bahia de Todos os Santos, já se tinham nítidas noções não só do que se produzia, mas da quantidade que deixava os portos coloniais: "*desta terra do Brasil, podem anualmente ser trazidas para cá e aqui vendidas ou distribuídas 60 mil caixas de açúcar, estimando-se as mesmas atualmente em uma terça parte de açúcar branco, uma terça parte de açúcar mascavado e uma terça parte de açúcar panela*(...)" (MOERBEECK, 1624, p. 164). Nesse caso, o período de comércio de açúcar entre Portugal e os Países Baixos antes do seu processo de independência frente a Espanha foi importante não só para "(...) *enriquecer e fortalecer as cidades portuárias do norte da Holanda*" (BOXER, 1990, p. 182), mas também para angariar o conhecimento necessário para estimular as invasões que a WIC faria contra o Brasil a partir da década de 1620. Sobre o conhecimento acerca dos valores e da produção colonial do Norte, Moerbeeck faz detalhados apontamos:

> (...) e avaliando-se cada caixa em quinhentas libras de peso, poder-se-ia comprar no Brasil, sendo estes os preços comuns nesse país, o açúcar branco por oito vinténs, o mascavado por quatro e o panela por dois vinténs a livra; e descontando-se doze florins de carga e de pequenas despesas por cada caixa, ter-se-ia um lucro de aproximadamente 53 toneladas de ouro. As mesmas 60 mil caixas de açúcar custam no Brasil, conforme citada na compra, aproximadamente as 35 toneladas de ouro que a Companhia das Índias Ocidentais poderá pagar, em sua maior parte, com mercadorias, lucrando com isso ao menos 30% e podendo ainda vender bem as suas mercadorias com 30% de vantagem sobre os preços que Portugal costuma cobrar. Donde resulta que a Companhia terá ainda um lucro anual de dez toneladas de ouro. O pau-brasil, que compete anualmente ao rei da Espanha, vale uma tonelada de ouro, livre de despesas (...). De outras diversas mercadorias, como tabaco, gengibre, xaropes, doces, etc., a Companhia tirará anualmente um lucro de três a quatro toneladas de ouro. (MOERBEECK, 1624, p. 221)

Neste fragmento do texto de Moerbeeck conseguimos identificar a intenção de criar interesse entre os acionistas da WIC em financiar a empreitada neerlandesa contra Salvador. Devemos considerar que, dentro do contexto comercial e econômico dos Países Baixos, a riqueza oriunda de uma operação como essa seria capaz de consolidar o poderia

da cidade de Amsterdã frente as demais capitais das Províncias Unidas.

Uma parcela considerável dos homens livres, mesmo não vinculados as companhias de navegação, dependiam do crescimento das cidades portuárias neerlandesas e, portanto, tinham interesse direto no negócio destas empresas no Índico e, agora, no Atlântico.

Da mesma forma, o conhecimento dos conflitos dos Países Baixos na Europa e nos oceanos não eram desconhecidos de sua sociedade, sendo ressaltada a importância econômica como uma forma de manter a resistência contra a sua poderosa inimiga, Espanha como podemos observar na citação abaixo:

> Tudo isso importa em cerca de 77 toneladas de ouro, que a Companhia das Índias Ocidentais poderá tirar anualmente destas terras, deduzindo-se desse total as despesas anais para a guerra tanto no mar quanto em terra, a fim de manter em sujeição tais lugares e defendê-los contra o rei da Espanha, as quais importarão aproximadamente em 27 toneladas de ouro, resta ainda para a Companhia um lucro anual de cinquenta toneladas líquidas de ouro, obtido com emprego de capital menor que esta quantia. Para isso, porém, é necessário que se proceda com prudência, ordem e habilidade. (MOERBEECK, 1624, p. 222)

Não foi somente a imprensa neerlandesa que relatou, nos Países Baixos, sobre as vantagens de atacar e conquistar as possessões portuguesas no norte. Johan van Walbeeck, funcionário da WIC no Brasil durante a década de 1630, apresentou em relatório a WIC na Holanda a importância da manutenção dessa região para a empresa, notificando que "*nenhum país aparece situado tão vantajosamente para os nossos Países Baixos, pois é o mais oriental e mais próximo de toda a América meridional, de modo que uma viagem comum, seja de ida, seja de volta, pode ser calculada em dois meses*" (WALBEECK, 1633, p. 121). Esta abordagem estratégica dialoga diretamente com as afirmações de Aldenburgk, que escreveu não apenas sobre as riquezas da terra, mas também relatou a importância da região de Salvador como um porto para o comércio de escravos africanos:

> Pois depois, entrou na baía de Todos os Santos, procedente de Lisboa, um navio português, que fora a Angola buscar escravos negros, homens, mulheres e crianças, os quais, bastante esfomeados, eram trazidos para ser vendidos; aprisionamo-lo, distribuindo alguns elementos, os mais debilitados, para servirem como cativos, e incorporando, logo em seguida, outros tantos à nossa companhia de pretos armados. (ALDENBURGK, 1624, p.187).

Ainda sobre a mão de obra escrava africana, Aldenburgk descreveu sua percepção sobre o processo de aprisionamento efetivado por portugueses e espanhóis:

> Com esta pobre gente acontece o seguinte: os portugueses e espanhóis dirigem-se a África, particularmente a Costa da Guine, Angola, Serra leoa e outros lugares situados na zona tórrida, perseguem os negros, fazem-nos prisioneiros e conduzem-nos a outras terras, onde os vendem como se fossem animais irracionais; alcança um negro vigoroso e apto para o trabalho

> o preço de 100, 60, 70 e 80, etc., espartos espanhóis, pistolas ou cequins. Os compradores marcam-lhes, com ferros em brasa, sinais nos corpos, a indicarem serem eles escravos, e obrigam-nos a mover as grandes rodas nos engenhos de açúcar. (ALDENBURGK, 1624, p.187).

Tendo detalhado os interesses neerlandesas em seus ataques, pontuando algumas das distintas riquezas encontradas durante a ocupação de Salvador, focalizaremos agora no efetivo contexto do primeiro ataque em larga escala dos holandeses contra o Brasil. Para isso, devemos considerar o processo de expansão da economia açucareira nas regiões da Bahia e de Pernambuco a partir o século XVI que, "*após um lento início desde sua descoberta, a coroa portuguesa gradualmente passou a apreciar suas possessões no Brasil.* Levando em consideração o crescimento das regiões que produziam a *"cana-de-açúcar no território brasileiro, o controle português em sua colônia no Novo Mundo se fortaleceu com o passar do século XVI*" (GROESEN, 2011, p. 211).

Sabemos que os desafios apresentados por seus rivais europeus neste período, principalmente nas áreas litorâneas centrais e nordeste, incluindo ataques de huguenotes franceses, corsários e mercadores ingleses, conseguiram ser rechaçados com relativa facilidade (GROESEN, 2011, p. 161-163)Mesmo a União das Coroas, "(...) *que significou a necessidade da administração colonial brasileira passasse a se preocupar, também, com os inimigos de Madri, não causou grandes mudanças reais em seu período inicial*" (GROESEN, 2011, p. 213). Entretanto, após o término, em 1621, da 'Trégua dos doze anos' entre a Espanha e as independentes Províncias Unidas, o Brasil português viria a "(...) *enfrentar dificuldades de uma natureza formidável*" (ISRAEL, 2007, p. 78).

A recém-formada Companhia das Índias Ocidentais, como dito anteriormente, selecionou o Brasil como seu primeiro alvo atlântico, se apoiando em grande parte na "*rede de informações ofertada por comerciantes dos Países Baixos, que participaram por décadas, ativamente, do comércio e de navegações por toda a costa da colônia brasileira*" (GROESEN, 2011, p. 198).

Em maio de 1624, uma armada contendo cerca de vinte e seis navios da Companhia das Índias Ocidentais, sob o comando do almirante Jacob Willenkens atacaram e dominaram a cidade de Salvador, capital da colônia portuguesa no Brasil: "*a conquista neerlandesa de Salvador representou a primeira grande derrota territorial da dinastia dos Habsburgo nas Américas*" (BOXER, 1990, p. 304). Permanecendo lá por cerca de um ano, os neerlandeses eventualmente foram expulsos da Bahia de Todos os Santos por uma armada luso-espanhola em 1625, "*deixando uma profunda cicatriz na moral dos holandeses*" (SCHWARTZ, 1991, p. 97).

O fato é que desde a conquista de Salvador em 1624, irrompeu nas Províncias Unidas um interesse generalizado pelo o Atlântico e, em particular, o Brasil. Se já havia o interesse por parte de mercadores e viajantes holandeses no litoral brasileiro e nas

riquezas produzidas no interior da colônia, a vitória da Companhia das Índias Ocidentais frente a capital da colônia deflagrou um desejo ainda mais profundo no Brasil.

A primeira expedição da Companhia das Índias Ocidentais foi um sucesso, "(...) *pois assim que a armada de Willekens apareceu na entrada da Bahia de Todos os Santos, a maior parte da população de Salvador estava resignada a aceitar a derrota, recuando para o interior, almejando a preparação para uma guerra de atrito contra o novo regime*" (GROESEN, 2011, p. 220). Sobre este contato inicial Aldenburgk descreveu:

> A 16 de Maio de 1624, alcançou a frota neerlandesa o porto e chegou, cedo, pelas três horas da manhã, à entrada da Bahia de Todos os Santos (...) logo começaram os defensores da fortaleza a atirar sobre ela com os seus canhões, pelo que prosseguiu ela no bordejo, até encontrar bom fundo de areia entra a citada fortaleza e uma grande casa de campo, na qual havia muita gente, entre portugueses e negros. (...) Na manhã de 17 de Maio, logo que os tambores romperam alvorada, apareceu junto à citada porta um português com bandeira branca, a entregar a cidade, na qual entramos a seguir, postando-nos em ordem de batalha na praça do mercado. (...) Na mencionada cidade de S. Salvador, não encontramos outra gente senão negros, mas, grandes riquezas em pedras preciosas, prata, ouro, âmbar, moscada, balsamo, veludo, sedas, tecidos de ouro e prata, cordovão, açúcar, conservas, especiarias, fumo, vinho de Espanha e de Portugal (...). (ALDENBURGK, 1624, p.173)

Nesta passagem podemos identificar que a invasão efetiva dos holandeses durou cerca de um dia, contando com o tempo em que as defesas coloniais tentaram afastar os atacantes, mesmo que sem sucesso. É válido ressaltar que em sua descrição, Aldenburgk detalha as riquezas encontradas em Salvador, no primeiro contato entre a armada neerlandesa, nos permitindo perceber que estes produtos e especiarias não eram incomuns na capital da colônia, demonstrando a existência de um grande fluxo comercial entre esta região e demais possessões do Império português.

Em sua obra, além dos relatos feitos a partir da experiência de sua estadia em Salvador, Aldenburgk catalogou, no fim de sua obra uma lista geral de todas as mercadorias capturadas e a maneira pela qual foram distribuídas à Companhia das Índias Ocidentais. A título de exemplo, o autor relata que o navio do General da esquadra neerlandesa levou à Câmara de Amsterdã:

> 30616 libras de prata, 5 caixas de prata trabalhada, 45 caixões de cochinilha (167), 12 fardos de cochinilha, 25 caixões de pimenta silvestre (168), 94 caixões de índigo (169), 6 fardos de sêda, 5 caixões de sêda, 5 malas de sêda, 1 mala de sêda, 1 caixão de sêda, 2 malas de pano de sêda, 3 malas de pano de sêda, 1 caixão com 2 preciosas escrivaninhas da índia, 1 caixão com porcelanas e ainda 30 caixões e fardos com mercadorias diversas. (ALDENBURGK, 1624, p.248)

Sobre este exemplo de catálogo de riquezas, podemos fazer algumas análises.

Primeiramente, devemos considerar que o detalhamento deste navio foi apenas um, de mais de dez embarcações, das quais Aldenburgk detalhou não só o carregamento, mas para onde seriam encaminhadas pela WIC. Isso nos permite pensar não apenas a importância destes recursos para a empresa neerlandesa, mas também como a sua administração se organizava, considerando que sua sede residia em Amsterdã, mas que outros portos, como Utretcht e Zeelândia, também recebiam riquezas vindas do Brasil, em grande parte por que os investidores holandeses que patrocinavam a empreitada da companhia estavam espalhados por todo o norte das províncias unidas.

Outro importante fato que devemos nos atentar é que a percepção de riqueza de Aldenburgk, enquanto funcionário da WIC, é muito abrangente, levando em consideração que este cronista não relatou apenas sobre o açúcar ou o pau-brasil, mas também sobre o comércio de escravos, a pesca e extração de óleo de baleia e qualquer outra mercadoria advinda de outras regiões, fosse do Caribe, África ou Oriente.

A riqueza, aos olhos de Aldenburgk não estava apenas naquilo que se extraia da terra, mas tudo que poderia ter, de alguma forma, valor para a empresa na qual se voluntariou. Nisso, observamos a diferença que a posição de soldado da WIC lhe conferia em sua percepção, pois Laval, quando chegou em Salvador em 1610, relatou sobre as riquezas encontradas nas terras, mas sua descrição priorizou o pau-brasil e a cana-de-açúcar, sendo acompanhadas em seguida pelo óleo de baleia. Mesmo tendo lidado com comerciantes e mercadores, o cronista francês não expôs em seus relatos grandes detalhamentos sobre outras riquezas, o que nos permite afirmar que sua percepção de riquezas naturais ainda permanecia vinculada aos recursos tradicionalmente reconhecidos como valiosos na Europa.

A vinda de Aldenburgk para o Brasil foi um processo moldado por diferentes contextos, que vão desde a expansão marítima holandesa no Oriente, até o processo de consolidação da WIC e, eventualmente, a invasão de Salvador. Buscamos, neste segmento, demonstrar a percepção que navegadores e mercadores vinculados aos interesses das companhias de navegação holandesas tiveram ao participarem do processo de expansão ultramarina dos Países Baixos.

Contextualizamos os efeitos desta expansão na Ásia e no Atlântico, que foi disruptiva ao império ultramarino português e responsável por desenvolver uma nova realidade econômico, desta vez a partir dos interesses das empresas marítimas neerlandesas. Além disto, temos a repercussão destes processos para a Holanda pelo menos até a invasão de Salvador em 1624, que ocasionou na criação da Companhia das Índias Ocidentais e no processo de expansionismo neerlandês na colônia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que problematizamos, ao usar como lente de observação o advento das expansões ultramarinas europeias a partir do final do século XVI, em particular no cenário colonial durante a União Ibérica, foi descortinar o papel da literatura de viagem e analisar as perspectivas de riqueza de seus autores, a partir das influências políticas sociais e econômicas referentes ao contexto em que suas obras foram produzidas.

Contando com os conceitos da historiografia que percebe o processo de produção literário moderno a partir de sua contextualização e do diálogo entre diferentes obras, dado que estejam em um mesmo período cronológico, adotamos como baliza temporal para a União Ibérica o período compreendido entre 1580, quando Filipe II assumiu a Coroa lusitana em Tomar, e 1624, com a efetiva derrota e retorno da esquadra neerlandesa que invadiu a capital da colônia, Salvador.

Na época da união das coroas ibéricas, a produção de açúcar não apenas foi resguardada pela Coroa espanhola, fato que também ocorreu juridicamente com o pau brasil e o óleo de baleia, mas se tornou interesse de outros países europeus, que de alguma forma tentaram acessar as riquezas coloniais portuguesas, fosse por meio de guerra, ou de comércio.

A literatura de viagem produzida por cronistas modernos desempenhou um papel crucial no mapeamento, reconhecimento estratégico e na compreensão da realidade colonial brasileira, uma vez que era uma das principais formas de se obter informações das regiões mais externas dos impérios ultramarinos europeus.

A percepção dos cronistas a respeito das riquezas encontradas, seus pontos de convergência e divergência serviram para demonstrar que não necessariamente apenas a crônica portuguesa ou espanhola seria capaz de narrar a diversidade produtiva da terra, seu comércio, sociedade, o contato indígena e a relevância estratégica. Viajantes como François Pyrard de Laval e Johannes Aldenburgk, ambos estrangeiros, o primeiro francês e o segundo batavo, desenvolveram narrativas extensas e detalhadas, descrevendo não apenas aquilo que seria de interesse de um comerciante ou soldado, mas também dos detalhes, como o efeito das legislações filipinas e a relação dos portugueses com tribos locais do recôncavo baiano.

Compreendemos o papel burocrático dos meandros administrativos do “rey papelero” no período da União Ibérica, em especial sua iniciativa de sistematizar as redes de informações da época, que nos auxiliaram em analisar as percepções dos autores estudados. Neste sentido, acreditamos cabível a afirmação de que a literatura de viagem, mesmo que enquanto processo literário particular e de caráter privado, possa ter se desenvolvido por uma miríade de razões diferentes, é inegável que a sua produção enquanto estilo literário moderno foi intimamente influencia por contextos políticos e sociais inerentes a uma Europa em transição entre o longo século XVI e o crítico século XVII. Se,

em um primeiro momento, existiu a impressão de que os sistemas de recompensa dos súditos monárquicos, traduzidos na União Ibérica pela dádiva da mercê, foram fundamentais agentes no processo de disseminação da cultura de elaboração de crônicas sobre riquezas da terra, entendemos que essa realidade não se traduziu apenas na Península Ibérica, mas em outros países, fossem potências ultramarinas ou não, como foi o caso francês, analisado a partir da obra de Laval.

Salvo as devidas particularidades, os demais Estados europeus tinham mecanismos próprios para estimular o desenvolvimento da literatura de viagem, pelo menos no tocante ao seu interesse em mapear as colônias americanas e as Índias orientais. No caso de Laval, pontuamos o papel do interesse privado, enquanto mercador, para o estabelecimento de rotas comerciais com a Ásia, visando tomar parte em um dos circuitos econômicos mais lucrativos existentes no início do século XVII.

Nesse sentido, François de Pyrard elaborou suas crônicas não visando uma concessão de recompensas, mas o benefício próprio que aquelas informações poderiam lhe trazer enquanto comerciante. Não é por acaso, que este cronista faz questão de relatar, enquanto nas cercanias de Salvador, como um negociante francês, Julião Miguel, conseguiu se passar por espanhol para usufruir do riquíssimo comércio de pau brasil e óleo de baleia.

Diferente de Soares de Sousa, que enquanto súdito da Coroa espanhola tinha a possibilidade de ser recompensado por seus relatos diretamente por Felipe II, a intenção de Laval ao relatar as riquezas foram norteadas (ainda que por razões pessoais assim como Gabriel) visando compreender o comércio ultramarino ibérico no oriente e no atlântico. De fato, ambos viajantes se aproximam e se distanciam ao produzir seus relatos: enquanto Soares de Sousa se preocupou com a defesa do território colonial próximo a Salvador e ao recôncavo baiano, entendendo a riqueza da terra não apenas no que se produzia, mas no potencial que aquela região possuía para a Coroa espanhola, Laval descreveu em seus relatos a percepção de uma riqueza que não se traduzia apenas em cana-de-açúcar ou pau brasil, mas na importância da rota comercial com esta colônia. De fato, para Laval, a riqueza não se limitaria ao que poderia ser retirado da terra, pois enquanto comerciante estrangeiro seria importante reconhecer os demais elementos que compunham a economia portuguesa, como o comércio de escravos e de óleo de baleia, da mesma forma que quais eram as suas limitações para participar, enquanto francês, dessa economia.

O caso de Aldenburgk, ao mesmo tempo em que produz um relato igualmente rico e detalhado, sua percepção de Salvador e de suas redondezas foi grandemente influenciada pela realidade de ter feito parte da força de invasão neerlandesa que buscou tomar a capital da colônia na década de 1620. Tendo partido como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais por razões admitidamente pessoais, o batavo Aldenburgk não produziu seu relato apenas por iniciativa própria, dado que essa prática na Companhia das Índias não era incomum, inclusive sendo reforçada entre os funcionários de patentes mais elevadas.

Esse fato se explica de maneira simples ao pensarmos que desde o século XVI, ainda sobre o mando espanhol, os Países Baixos se preocuparam em não apenas mapear, mas catalogar e registrar o máximo de informações possíveis sobre a Capitania da Bahia de Todos os Santos.

A forma utilizada para esse objetivo foi, prioritariamente, através dos relatos de viagem de cronistas e mercadores que se inseriam na rota atlântica. Temos, portanto, a percepção de um cronista que não apenas relatou para si, mas em grande parte saiu da Europa visando descrever sua estadia nas Américas, e de maneira explicita, detalhou os elementos de caráter econômico, comercial, estratégico e militar, visando, ao retornar para Amsterdã, oferecer sua obra para a Companhia das Índias Ocidentais. Independentemente de ter obtido uma promoção dentro desta empresa, sabemos que essa era uma das poucas formas de evolução na hierarquia das companhias de navegação, em especial para aqueles que além de estrangeiros que foram contratados como soldados rasos.

O resultado desta pesquisa não apenas nos permitiu compreender as razões que levaram estes cronistas a produzir seus relatos, mas também identificar quais fatores externos influenciaram suas perspectivas ao narrar as riquezas encontradas na colônia brasileira. Efetivamente não é possível padronizar suas intenções e objetivos, principalmente pelo fato de que todas suas iniciativas ao elaborar literatura de viagem vieram de interesses pessoais e particulares. Entretanto, acreditamos que fomos capazes de identificar aspectos similares, especialmente no que dizem respeito ao funcionamento comercial e a entrada e saída de riquezas da capitania da Bahia de Todos os Santos.

De fato, por mais que os cronistas modernos tivessem como característica geral a singularidade de seus escritos enquanto forma e narrativa, existiram elementos que, independente de regionalismos específicos foram suscitados de uma maneira geral, demonstrando que haviam certas características que, no contexto do século XVII, eram tidas como importantes demais para não fazer parte de seus relatos. É válido ressaltar que estes personagens invariavelmente buscavam alguma forma de nova vida ao entrar para as companhias, almejando enriquecer, crescer na hierarquia da empresa, ou, em alguns casos especiais, tinham objetivos religiosos ou humanistas.

Acreditamos que os variados relatos aqui trabalhados, quando analisados ao lado dos relatos de Aldenburgk, nos permitem compreender não apenas a perspectiva de riqueza natural destes homens, mas seus interesses particulares ao participarem destas empreitadas, que tiveram um fundamento religioso, diferentemente de Gabriel Soares de Souza e François Pyrard de Laval.

Ao escolher pesquisar a literatura de viagem e sua perspectiva sobre as riquezas coloniais nos séculos XVI e XVII estávamos cientes dos desafios que teríamos de enfrentar. O principal deles foi decidir pela abordagem metodológica que seria utilizada para a análise das crônicas de viagem. Em relação ao papel desta literatura no projeto de expansão

ultramarina no período da União Ibérica, é possível dizer que se tratava de uma forma de estreitar a relação entre metrópole e colônia, dando, através das narrativas modernas, perspectivas variadas sobre aquilo que as coroas europeias dominavam no além-mar.

De fato, não é uma literatura que possa ser comparada com o tipo de crônica que existiu nos séculos XVIII e XIX, mas uma forma de produção literária inerente a transição do século XVI para o XVII, em grande parte sustentada por diferentes políticas de recompensa, administradas por Estados europeus. Temos a consciência de que muito se tem a investigar sobre o papel da literatura de viagem na história colonial, que o trabalho não se esgota aqui e que teremos ainda um longo caminho pela frente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de Almeida. Memórias para o extinto estado do Maranhão. Rio de Janeiro: Paulo Hindebrandt, 1874.

ALDENBURGK, Johannes Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961. Acessado em: https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/10004-rela%C3%A7%C3%A3o-da-conquista-e-perda-da-cidade-do-salvador-pelos-holandeses-em-1624-1625-johann-gregor-aldenburgk-notas-e-coment%C3%A1rios-de-e-c-f-tradu%C3%A7%C3%A3o-parcial-feita-por-alfredo-de-carvalho-revista,-refundida-e-completada-por-agrippino-martins.html

BRAUDEL, Fernand. *O Tempo do Mundo* – Civilização Material e Capitalismo. Lisboa: Teorema, 1979. Vol. 3.

BOXER. C. R, *The Dutch Seaborn Empire, 1600-1800.* Lisboa: Teorema Penguin books, 1990.

CARDOSO, Ciro F. *Escravidão e Abolição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'. In: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). *Modos de produção a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASPARI, Fritz. Humanism and the Social Order in Tudor England (Chicago, 1954).

DE VRIES, Jan. The Industrious Revolution: Consumer Demand and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

ELLIOTT, J.H. Impérios del Mundo Atlântico. Madri: Taurus, 2006.

ELLIOTT, John H. *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800).* Madrid: Taurus, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; GUIMARÃES, Isabel; MONTEIRO, Nuno G.. (Coords.). Banco de Dados 122 Comunicações Políticas Conquistas Americanas e Angola (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro, Brasília e Lisboa. ART – CNPq, CAPES-GRICE, FCT, 2008-2014.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Ventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976.

GRIMM, Jacob e Wilhelm. *German Dictionary*, Leipzig: S. Hirzol, 1854. Acessado em: https://archive.org/details/deutscheswrter07grimuoft

HARRIS, W. *Mesoamerican Cultures: Relaciones Geográficas*. The Oxford Encyclopaedia, Or, Dictionary of Arts, Sciences and General Literature: Bristol: Thoemmes, 2003.

HERNÁNDEZ, Manuel G.*Relaciones geográficas de Indias : Perú*. Madrid :1981.

HESPANHA, A. M. (Ed.) *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. “A Crise Geral da Economia Europeia no Século XVII”. In: Santiago, Do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo: Contexto, 1998.

ISRAEL, Jonathan. SCHWARTZ, Stuart. *The Expansion of Tolerance: Religion in Dutch Brazil (1624-1654) (Amsterdam Studies in the Dutch Golden Age*). Paperback September, 2007.

KAMEN, Henry. La sociedade europea (1500-1700). Madrid: Alianza Universitária, 1984.

LOVEJOY, Paul. Escravidão na África: uma História de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

______________________.O Brasil Holandês. Rio de Janeiro. Penguin & Companhia das Letras. 2010.

MUNDY, Barbara. *The Mapping of New Spain: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas*. Chicago: Chicago University.1996.

MOUSNIER, Roland. *Les XVI e et XVII e siècles: les progrès de la civilisation européenne et le déclin de l'orient (1492-1715)*. Montpellier: Presses universitaires de la Méditerranée, 2007. Acessado em: https://pt.scribd.com/doc/125134841/Histoire-de-l-Humanite-Volume-V-1492-1789-Collectif

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

OATEN, Edward Farley. *European Travellers in India.* London: 1991.

PARKER, Geoffrey. “*Felipe II: La biografía definitive”.* Cambridge University Press, 2010.

PARKER, Geoffrey. *Global Interactions in the Early Modern Age, 1400–1800.* London: Cambridge University Press, 2010.

PYRARD DE LAVAL, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, contendo a noticia de sua navegação ás Indias orientaes, ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os differentes casos, que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez annos que andou nestes paizes: (1601 a 1611).* Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1858. Acessado em: https://archive.org/details/viagemdefrancis00bigngoog

PRAKASH, O., *European commercial enterprise in pre-colonial India*. Cambridge, Cambridge Press, 1998.

PHILIPPSON, Martin, *Ein Ministerium unter Philip II, Kardinal Granve/la amspanischen Hole, (1579-1586),* 1989.

SOARES DE SOUSA, Gabriel, Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Acessado em : https://pt.scribd.com/doc/38506632/Tratado-Descrivo-Do-Brasil-Gabriel-Soares-de-Souza

SHILLINGTON, Kevin. *History of Africa*, New York: Palgrave Macmillan,1995.

SUBHRHAMANYAM, Sanjay. “Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia,” *Modern Asian Studies* 31(1997), 735–762.

SCHAUB, Jean Frédéric. "Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640"), Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

TRACY, J.D. *The Founding of the Dutch Republic: War, Finance, and Politics in Holland 1572–1588*. London: Oxford University Press, 2008.

TREVOR-ROPER, Hugh. R. A Crise Geral do século XVII. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

VALLADARES, Rafael. *Castilla y Portugal en Ásia (1580-1680), declive imperial y adaptación.* Louvain: Leuven University Press, 2001.

VAN GROESEN, Michiel. Lessons Learned: The Second Dutch Conquest of Brazil and the Memory of the First. Colonial Latin American Review, 2001.

VAN VEEN, Ernst, "*De Portugees-Nederlandse concurrentie op de vaart naar Indië*," Tijdschrift voor Zeegeschiedenis 2003.

YUN CASILLA, Bartolomé. Entre Mina y Mercado. In: HERNÁN, David, Garcia (ed.). *La Historia sin Complejos*. La Nueva Vision del Imperio Español, Madri: Actas, 2010.

________________________. Entre el império colonial y La monarquia compuesta. In: ______. Las Redes del Império: elites sociales em La articulación de La monarquia hispânica, 1492-1714. Madri: Marcel Pons, 2009.

WARD, Barrett "World Bullion Flows, 1450–1800," in James D. Tracy ed. *The Rise of Merchant Empires: Long-Distance Trade in the Early Modern World, 1350–1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. (Original de 1938). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

SOBRE O AUTOR

CARLOS EDUARDO MAROJA JACCOUD é graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e professor da rede pública e da rede particular da cidade do Rio de Janeiro. Seu interesse pelos estudos de crônicas surgiu no início da graduação, quando teve acesso a documentação relativa ao período moderno, na Biblioteca Nacional, durante a iniciação científica. Atualmente, segue enveredado em estudos nacionais e internacionais sobre o papel dessa forma de literatura na construção da experiência do “Novo Mundo”, e de seus muitos efeitos na formação da mentalidade política e econômica das monarquias atreladas a esta literatura. Esta obra, em particular, derivada de seus estudos de dissertação, tem como objetivo apresentar alguns dos mais famosos navegantes europeus que vieram para a colônia portuguesa do Brasil em finais do século XVI, quando, na Península Ibérica, formava-se a União das Coroas entre Portugal e Espanha. Pyrard de Laval, Johannes Aldenburgk e Gabriel Soares são exemplos da variedade de crônicas, testemunhas de diferentes interações econômicas lícitas e, em alguns casos, ilícitas, além de terem produzido valiosa descrição das riquezas da terra encontradas na colônia do Brasil. Espera-se, com esse estudo introdutório, ressaltar a importância da crônica diante das demais obras literárias modernas, bem como seu papel na formação de uma determinada mentalidade acerca do espectro das Américas, que não deixa de ser um filtro amalgamado de expectativas, intenções financeiras, estratégicas e, claro, mitológicas. Diante da mística excitante da descoberta do tal “Novo Mundo”, nos cabe, humildemente, observar este recorte através dos olhos curiosos dos navegantes que aqui chegavam para fazer nome ou fortuna.